

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

Gilson Garcia

O ENSINO DA CONTABILIDADE: DO TÉCNICO AO SUPERIOR.

Sorocaba/SP

2022

Gilson Garcia

O ENSINO DA CONTABILIDADE: DO TÉCNICO AO SUPERIOR.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vania Regina Boschetti

Sorocaba/SP

2022

Ficha Catalográfica

Garcia, Gilson
G199e O ensino da contabilidade : do técnico ao superior / Gilson Garcia.
– 2022.
80 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2022.

1. Contabilidade. 2. Contabilidade – Estudo e ensino. 3.
Contadores – Formação profissional. 4. Ensino superior. I. Boschetti,
Vânia Regina, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

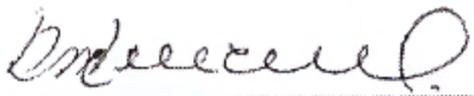
Gilson Garcia

O ENSINO DA CONTABILIDADE: DO TÉCNICO AO SUPERIOR.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 31 / 08 / 2022

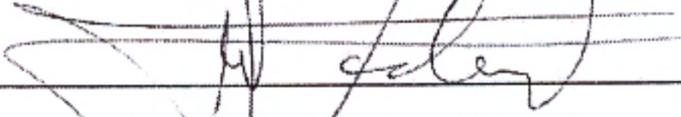
BANCA EXAMINADORA:

Ass.  _____

Prof.ª Dr.ª Vania Regina Boschetti

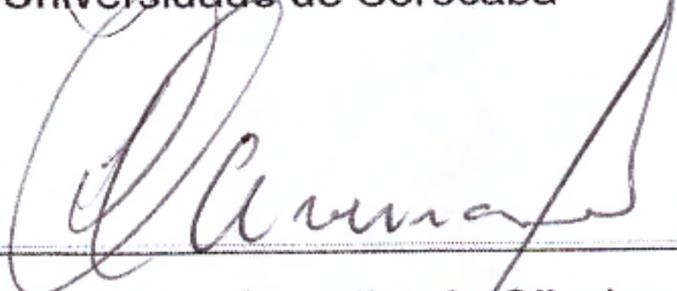
Universidade de Sorocaba

Orientadora

Ass.  _____

Prof. Dr. Wilson Sandano

Universidade de Sorocaba

Ass.  _____

Prof. Dr. Lauro Carvalho de Oliveira

Faculdade de Tecnologia de Sorocaba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Altino (*in memoriam*) e Arinda, esposa Maria Aparecida, filhos Gilmar e Samuel, que foram pessoas decisivas para minha formação.

AGRADECIMENTOS

À professora, orientadora e amiga Dra. Vania Regina Boschetti, que me passou ensinamentos durante as aulas e na orientação nos momentos mais confusos da minha pesquisa.

Aos professores Dr. Wilson Sandano e Dr. Lauro Carvalho de Oliveira que compuseram minha banca examinadora, pela contribuição para a conclusão do trabalho e pelos conhecimentos passados durante as aulas do Prof. Dr. Wilson Sandano.

Aos professores Dr. Jefferson Carriello do Carmo, Dr. Pedro Laudinor Goergen, Dr. Waldemar Marques e Dra. Maria Alzira de Almeida Pimenta, todos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pelos conhecimentos que foram passados durante as aulas, os quais tive o prazer de ser aluno.

EPÍGRAFE

E Jesus contou outra parábola: O Reino do Céu é como uma semente de mostarda que um homem pega e semeia no seu campo. Embora ela seja a menor de todas as sementes, quando cresce, fica maior do que as outras plantas. E se torna uma árvore, de modo que os pássaros do céu vêm e fazem ninhos em seus ramos.

(Mt 13, 31-32).

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo da evolução da formação do profissional contábil do técnico ao contador, partindo da Escola Técnica até o primeiro curso Superior em Ciências Contábeis, tendo em parte a cidade de Sorocaba como referência. As fontes de pesquisas foram as bibliográficas a partir das obras de José Carlos Marion, Sérgio de Ludícibus, Clóvis Luís Padoveze, Paulo Schmidt, Dermeval Saviani, legislação e também publicações da grande imprensa. O trabalho foi desenvolvido através da história da contabilidade e da profissão contábil, constando alguns fatos relevantes no Brasil e no mundo referentes ao processo de globalização dos procedimentos contábeis através do International Financial Reports Standards e das funções do profissional contábil nos dias de hoje, frente à necessidade do mercado de trabalho. Trata também da questão do exame de avaliação instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade para fins de registro do diploma de graduação em Ciências Contábeis no respectivo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da federação e do cumprimento em pontos do Programa da Educação Continuada. A vivência profissional no magistério despertou o interesse em pesquisar a história das instituições que oferecem o curso de Ciências Contábeis e correlacionar com a evolução econômica no período entre a década de 70 e 90. O objetivo da pesquisa é apresentar a história do surgimento do curso de Ciências Contábeis e sua relação com o desenvolvimento econômico e a necessidade de formar contabilistas para atender às novas demandas econômicas, a partir do processo de industrialização, quando as empresas passaram a necessitar de um maior e melhor acompanhamento das atividades em termos econômicos e financeiros. A criação do curso de Ciências Contábeis, veio a contribuir através dos sistemas de informações contábeis para o gerenciamento, processo de tomada de decisão, análise econômica, análise financeira e conseqüentemente para cumprir o princípio da continuidade do negócio empresa.

Palavras-chave: Contador; Curso de Ciências Contábeis; Curso Técnico em Contabilidade; Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation presents a study on the evolution of the training of the accountant professional from technician to accounting, starting with the technical school up to the first higher course in accounting sciences, partly with the city of Sorocaba as a reference. The research sources were bibliographic: José Carlos Marion, Sérgio de Ludícibus, Clóvis Luís Padoveze, Paulo Schmidt, Dermeval Saviani, legislation and also publications from the mainstream press. The work has been developed through the history of accountancy and the accounting profession, including some relevant facts in Brazil and the world in relation to the process of globalization of accounting practices through the International Financial Reports Standards and the functions of the accounting professional today's job market needs. It also deals with the question of the assessment test set up by the Federal Audit Office for the registration of the undergraduate Course in Accounting in the respective State Audit Office and the fulfillment of the points of the Further Training Program. The professional experience in the teaching profession has aroused interest in researching the history of the institutions offering the Accounting Sciences degree and relating it to economic developments in the period between the 70s and 90s. The aim of the research is therefore to history of the emergence of the Accounting major and its relation to economic development and the need to educate accountants to meet new economic demands. In this sense, since the industrialization process, when companies began to need more comprehensive and better monitoring of their activities from an economic and financial point of view. The creation of the Accounting major contributed to the management, decision-making process, economic analysis, financial analysis through the accounting information systems, and consequently fulfilled the principle of business continuity.

Keywords: Accountant; Accounting Course; Technical Course in Accounting; Institution for Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil.....	25
Tabela 01 – Exame do CFC Bacharel em Ciências Contábeis: Brasil 1º semestre de 2011 a 2º semestre de 2020.....	58
Tabela 02 – Exame do CFC Bacharel em Ciências Contábeis: Região Sudeste 1º semestre de 2011 a 2º semestre de 2020.....	59
Tabela 03 – Exame do CFC Bacharel em Ciências Contábeis: Estado de São Paulo 1º semestre de 2011 a 2º semestre de 2020.....	60
Tabela 04 – Exame do CFC Técnico em Contabilidade: Brasil 1º semestre de 2011 a 1º semestre de 2015.....	61
Tabela 05 – Exame do CFC Técnico em Contabilidade: Região Sudeste 1º semestre de 2011 a 1º semestre de 2015.....	62
Tabela 06 – Exame do CFC Técnico em Contabilidade: Estado de São Paulo 1º semestre de 2011 a 1º semestre de 2015.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AIA	American Institute of Accounts
AICPA	American Institute of Certified Public Accountants
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEPC	Código de Ética Profissional do Contabilista
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CMA	Certificate Management Accounting
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior
CPS	Centro Paula Souza
CRC-SP	Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
EPC	Educação Profissional Continuada
ERP	Enterprise Resources Planning
ETEC	Escola Técnica Estadual
FACCAS	Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IASB	International Accounting Standards Board
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reports Standards

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MRP	Materials Requirements Planning
MRP II	Manufacturing Resources Planning
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSE	Organização Sorocabana de Ensino
PCP	Planejamento e Controle de Produção
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RH	Recursos Humanos
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados de Contabilidade
TECSI	Laboratório de Tecnologia de Sistemas de Informação da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da FEA-USP
USA	United States of American
VTI	Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E TRABALHO DO CONTABILISTA	16
2.1	A contabilidade no Brasil	19
3	ECONOMIA E FORMAÇÃO CONTABIL	26
3.1	O profissional da contabilidade	34
4	O ENSINO DA CONTABILIDADE: PANORAMA RECENTE	41
4.1	A cidade de Sorocaba: a economia e a influência na educação contábil	41
4.2	O ensino superior	52
4.3	O exame de suficiência da profissão	56
4.4	A educação profissional continuada	64
4.5	A tecnologia da informação no ensino da contabilidade	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A vivência profissional no magistério despertou-me o interesse de pesquisar sobre a história da evolução das instituições que oferecem o curso de Ciências Contábeis, relacionando-a com a evolução e o panorama econômico do país, face ao capitalismo mundial. O texto apresenta as primeiras manifestações ligadas à prática contábil a partir de elementos históricos da antiguidade e, detalha as mudanças, adaptações, regulamentações e estruturas que têm modelado a profissão até a contemporaneidade. As décadas de 1970 a 1990 servem de referência temporal e, algumas situações da cidade de Sorocaba, exemplificam alguns conceitos e o histórico da formação profissional nesta área de conhecimento.

A historiografia chamou atenção para este fato e estimularam a investigação. Os documentos que foram pesquisados oferecem elementos sobre o funcionamento dos órgãos regulares da profissão e permitem a análise do exame de suficiência, além de relacionar os indicadores econômicos e jornais da cidade de Sorocaba, juntamente com os fatos econômicos da região, que justificaram criação do curso de Ciências Contábeis na cidade de Sorocaba no final do século XX.

Nesse sentido, destaca o período de 1968 a 1973 quando aconteceu o fenômeno que ficou conhecido como o “milagre econômico” brasileiro, associado à grande expansão da economia mundial, tendo como resultado expressivo o aumento das exportações brasileiras.

Já em meados da década de 80 foi lançado o Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, cuja base foi a de combater a inflação por meio do crescimento do mercado interno. Tudo isso tendo como cenário o fenômeno da globalização, ou seja, a integração dos mercados financeiros, de bens e serviços em escala mundial, envolvendo todas as regiões do planeta.

Na década de 90, em 07 de novembro de 1993, foi anunciado o Plano Real, cuja premissa básica foi a estabilização de preços e inflação.

Partindo do pressuposto a função da contabilidade é coletar, registrar e analisar os fatos ocorridos nas entidades, a dissertação levanta a seguinte problematização: por que surgiu o curso de Ciências Contábeis na cidade de Sorocaba? O curso de nível técnico já existente não seria suficiente para gerar as informações necessárias para a gestão do negócio empresarial?

Destaca-se que o curso superior de Ciências Contábeis tem como objetivo preparar os profissionais para atuar na Contabilidade visando: aplicar a legislação societária e tributária que são atribuídas as entidades; exercer com ética a profissão; auxiliar no processo de gestão das entidades através das informações úteis para o processo de gerenciamento, ou seja, planejar, organizar, dirigir e controlar.

De acordo com Rolink (1995, p. 73)

O que aconteceu com as cidades quando passaram a abrigar as grandes indústrias foi, sem dúvida, uma revolução que alterou decididamente o caráter e a natureza da aglomeração urbana. Além de as grandes concentrações, de as densidades serem precedentes à população, é a indústria também que impulsiona o processo de urbanização da sociedade como o um todo.

Como hipótese considera que a partir do processo de industrialização na cidade de Sorocaba, as empresas passaram a necessitar de um maior acompanhamento das atividades em termos de gestão econômica e financeira, visando a continuidade do negócio.

A criação do curso superior de Ciências Contábeis que no Brasil vai apresentar seu primeiro bacharelado em meados dos anos de 1940 e, a formação de profissionais de nível superior veio contribuir através de caminhos mais elaborados para o gerenciamento dos setores produtivos, para o processo de tomada de decisão e análise dos resultados, pretendido pelas circunstâncias econômicas que a cidade passou a exigir e oferecer.

O referencial teórico do trabalho se sustenta pelas ideias de José Carlos Marion, Sérgio de Iudícibus, Clóvis Luiz Padoveze, Paulo Schmidt e Dermeval Saviani. Tem como base as etapas das investigações com o objetivo de explicação dos fatos, que são denominadas de métodos de procedimento. Segundo Lakatos (1985, 102)

[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Nesta perspectiva para desenvolver a presente pesquisa, a dissertação apresenta uma análise documental, visto que é um estudo histórico. Às fontes documentais, juntaram-se a legislação e os textos oficiais da contabilidade a partir da consulta em órgãos reguladores da profissão contábil, tais como o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo CRC-SP, Conselho Federal de Contabilidade CFC e na Federação de Contabilidade na cidade de São Paulo.

A primeira entidade a abordar oficialmente a contabilidade na cidade de São Paulo foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 20 de abril de 1902, sob influência da Escola Contábil Italiana. Em 20 de abril de 1905, foram reconhecidos os cursos de guardas - livros e perito contador mantidos pela Escola de Comércio Álvares Penteado.

Já a regulamentação da profissão contábil e a organização do curso foi em 1931. Em 1945 a profissão contábil foi considerada uma carreira universitária, com a criação do curso de Ciências Contábeis. No ano de 1946 foi fundada a FEA/USP, inaugurando o curso de Ciências Contábeis, sob influência da Escola Contábil Americana.

Com esses elementos, a dissertação está organizada da seguinte maneira:

O primeiro capítulo “A história da contabilidade e o trabalho do contabilista” aborda a história da contabilidade e do profissional da contabilidade, considerando o contexto do capitalismo, o tratamento das políticas neoliberais e sua influência na educação superior.

No segundo capítulo “Economia e formação contábil” demonstra o contexto das relações sobre o desenvolvimento econômico da cidade de Sorocaba e a necessidade do curso superior. Em destaque está a criação em 1975 do primeiro curso de Ciências Contábeis na cidade de Sorocaba. Em 1975 o curso foi agregado à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em funcionamento desde 1954, acrescentando mais um curso de bacharelado à estrutura existente. O Curso de Ciências Contábeis passou a compor por força do decreto nº 76.001/75, com o curso de Administração de Empresas e Administrativas a FACCAS – Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba.

O terceiro capítulo “O ensino da contabilidade: panorama recente” mostra o ensino da contabilidade sua estruturação e características a partir da organização curricular, a ordenação minuciosa das disciplinas, a racionalização e formato do curso face às demandas profissionais da atualidade. Apresenta graficamente os

resultados da avaliação do curso no Brasil, na região sudeste e no estado de São Paulo por meio dos resultados obtidos pelo exame de suficiência aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Trata também da Educação Profissional Continuada uma das exigências do Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício do profissional no mercado de trabalho. Lembrando que a educação continuada é uma exigência anual que o contabilista deve cumprir para continuar no exercício da profissão.

Nas Considerações, a síntese da narrativa construída a partir de teorias, documentos, acontecimentos e registros sobre a formação contábil, em relação ao indivíduo que se forma, à instituição que o forma e as exigências que a história da educação aponta como elementos constitutivos dessa formação.

2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E TRABALHO DO CONTABILISTA

Neste capítulo, a história da contabilidade será descrita a partir da origem, evolução, pensamento, processo e atividades contábeis no Brasil. Destaca-se que as atividades contábeis, que identificam valores de produtos e ações, são inerentes à presença do homem na terra e ao modo como organizou suas atividades econômicas a partir da vida social. Ao estabelecer sistemas de trocas, ou seja, o escambo, depois evoluindo para o sistema de compra e venda, gradativamente, foi se apresentando a necessidade de se estabelecer um sistema de valores que evoluísse para a complexidade das tabelas, planilhas, registros precisos e que até hoje vem norteando a vida econômica em todos os segmentos, sejam eles individuais, institucionais ou corporativos.

Ademais, segundo Leite da Silva (2010, 3)

[...] a satisfação das necessidades individuais e coletivas é feita com o consumo de bens e serviços. Esses bens e serviços compõem, juntos, a produção econômica, que é obtida com a combinação de recursos naturais, equipamentos e trabalho. Tais elementos, pelo fato de serem necessários à produção, recebem o nome de fatores de produção e agrupam-se, tradicionalmente, em três itens: trabalho, capital e recursos naturais.

Ainda em Leite da Silva (2010,14):

Aristóteles (384-322 a.C.) é considerado um dos primeiros pensadores econômicos. O aparecimento da moeda inspirou a discussão a respeito da “crematística natural”, ou economia doméstica, e da “crematística não natural”, ou economia mercantil, na sua obra denominada Política, em cuja escrita se utilizou tanto o método dedutivo como o indutivo. Suas ideias tiveram profunda influência sobre as doutrinas econômicas da Idade Média e em doutrinas mais recentes.

De acordo com Huberman (1974, 44)

Nos primórdios do feudalismo, a terra, sozinha, constituía a medida da riqueza do homem. Com a expansão do comércio, surgiu um novo tipo de riqueza – a riqueza em dinheiro. No início da era feudal, o dinheiro era inativo, fixo móvel; agora tornara-se ativo, vivo, fluido.

Por isso, o processo contábil tem como base atender a avaliação da riqueza do homem, caracterizado pelo aumento ou diminuição do patrimônio. O objeto de estudo do processo contábil é o patrimônio das entidades, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações sob uma ótica qualitativa e quantitativa deste patrimônio, das entidades privadas ou públicas com finalidades lucrativas ou não.

Sobre o processo contábil, Ludícibus e Marion (1999, p. 56) caracterizam a atividade em campo e objeto assim elucidados:

Campo de Atuação da Contabilidade: toda entidade que exerça atividade econômica como meio ou fim.

Objeto da Contabilidade: o patrimônio de tais entidades, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações.

Para atender o objetivo do processo contábil, a contabilidade fornece informações úteis aos usuários para que possam avaliar e tomar decisões nas entidades. Referente à origem do processo contábil, Ludícibus (1987, p. 29), traz que

[...] não é descabido afirmar-se que a noção de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *homo sapiens*. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente a 4000 anos A.C.

Ainda tratando desta questão, encontra-se a presença da contabilidade em registros bíblicos como no livro de Jó, capítulo 42, versículo 12, sobre os quais Ludícibus e Marion (1999, p. 33) fazem referência a uma riqueza que se duplicava em relação ao primeiro inventário: “E Javé abençoou Jó, mais ainda do que antes. Ele possuía agora catorze mil ovelhas, seis mil camelos, mil juntas de bois e mil jumentas.”.

Já a história da evolução da contabilidade é tratada por estudiosos, como Hendriksem e Van Breda (1999, p. 38), que apresentam em “Quatro Mil Anos de Contabilidade” as seguintes classificações:

Antecedentes da Contabilidade: a Contabilidade floresceu em solo fertilizado por séculos de aprendizagem e comércio com o Oriente, invenções tais como a vela latina, a imprensa e um novo sistema de números. Em grande parte, esses avanços foram levados à Europa da China e da Índia por estudiosos árabes.

A Renascença: os sistemas de partidas dobradas mais antigos são encontrados no norte da Itália, e remontam ao século XIV. O Frei Luca Pacioli codificou tais sistemas num apêndice a um livro publicado em Veneza em 1494.

Continuando a história da evolução da contabilidade, destaca-se que não é possível identificar quem inventou a contabilidade. Contudo, é possível saber que os “sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália.”

Ademais, ao escrever sobre o tema, os autores Hendriksem e Van Breda (1999, p. 38), realizaram uma visão geral sobre a história da contabilidade:

A Era da Estagnação: houve relativamente poucos avanços na contabilidade nos séculos seguintes (XV e XVI). Esse período foi marcado por grandes descobrimentos, como o das Américas por Colombo e pelo início da Revolução industrial.

O Crescimento da Profissão: os profissionais de contabilidade começaram a surgir no final do século XVIII. O Instituto de Contadores Registrados da Inglaterra e do País de Gales foi fundado em 1880. O Instituto Americano seguiu-se em 1887.

O Futuro da Contabilidade: a contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos.

A Contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, visando o aspecto de observação do mesmo, tem a classificação qualitativa e quantitativa. O aspecto qualitativo é a classificação do patrimônio em bens, direitos e obrigações; enquanto a classificação sob o aspecto quantitativo refere-se aos valores do patrimônio à disposição das entidades.

O método das partidas dobradas foi criado em 1494 pelo monge franciscano Frei Luca Pacioli, expressando a causa efeito dos fenômenos patrimoniais. A lógica desse método, universalmente aceito, é que todo lançamento de uma operação a débito existe sempre uma operação para o correspondente lançamento a crédito.

A metodologia das partidas dobradas para o registro das operações nas entidades segue resumidamente:

- Contas do ativo para aumentar debitar e para diminuir creditar. Os elementos do ativo correspondem aos bens e direitos da entidade (recursos financeiros no caixa e na conta banco movimento, estoque de matéria prima,

mercadorias, produtos semi-acabados, produtos acabados, contas a receber, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios)

- Contas do passivo e do patrimônio líquido para aumentar creditar e para diminuir debitar. Os elementos do passivo correspondem as obrigações da entidade com terceiros (fornecedores, financiamentos bancários, tributos a pagar, salários e encargos sociais a pagar). Os elementos do patrimônio líquido correspondem aos investimentos efetuados pelos dos sócios e os lucros acumulados na entidade e não distribuídos aos sócios.

- Contas de receitas para aumentar creditar e para diminuir debitar. As receitas principais correspondem as vendas dos produtos, mercadorias e as prestações de serviços.

- Contas de despesas e custos para aumentar debitar e para diminuir creditar. As despesas correspondem ao consumo de bens (estoque de produtos acabados e de mercadorias) e serviços para obtenção das receitas e os custos (matéria prima consumida na produção, mão de obra direta, energia elétrica, combustível) são os gastos necessários para a construção do novo bem de venda, ou seja, o produto que a entidade está oferecendo à sociedade.

Segundo Montoto, (2011, p. 36) relata o processo contábil conforme definição do American Institute of Accounts (AIA):

O comitê de terminologia do Instituto Americano de Contadores – American Institute of Accounts (AIA)-, antecessor do Instituto Americano de Contadores Públicos – American Institute of Certified Public Accountats (AICPA) - , em 1941, definiu este processo de sintetização das informações como:
 “A contabilidade é a arte de registro, classificação e sintetização, de maneira significativa e em termos monetários, de transações e eventos que são em parte, de natureza financeira, e de interpretação de seus resultados.”

2.1 A contabilidade no Brasil

A Contabilidade no Brasil é vista em dois momentos distintos antes de 1964 e depois de 1964. Conforme Schmidt (2000, p. 205):

Uma das primeiras manifestações contábeis brasileiras ocorreu no reinado de D. João VI. Quando da instalação de seu governo provisório, em 1808, como relata Gomes (1956, pl.19), foi publicado um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Uma das primeiras grandes manifestações da legislação, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1850. Esse código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, composto dos bens, diretos e obrigações das empresas comerciais.

Sobre a formação do profissional brasileiro, Schmidt (2000, p. 206), estabelece que:

Em termos de formação do profissional brasileiro, uma das primeiras manifestações foi a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1856. A partir de 1863, esse Instituto passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil como forma de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil.

Nesse contexto puramente escritural da Contabilidade brasileira, Veridiano de Carvalho publicou Manual Mercantil, em 1880, uma das primeiras e mais importantes colaborações para a divulgação e consolidação das partidas dobradas no Brasil.

Registros disponíveis no Conselho Federal de Contabilidade destacam que:

E a Contabilidade chega ao Brasil Colônia... No Brasil, a atividade contábil surgiu no período do Brasil Colônia (1500-1808). Entre 1500 e 1530, as expedições marítimas portuguesas eram intensas devido à exploração de grande quantidade de matéria-prima brasileira. Eram pedras preciosas, ouro, madeiras, derivados da cana-de-açúcar... À época Portugal, que temia por ameaças de invasões estrangeiras, sobretudo a francesa, levou a Coroa Portuguesa a intensificar o registro e a fiscalização dos navios. Assim, em 1549, criou os armazéns alfandegários, que ficaram sob a responsabilidade de Gaspar Lamego, nomeado primeiro Contador-Geral das Terras do Brasil. (CFC – 2016, p.7)

Tal conceito explica a profissão de Guarda-Livros, surgida na metade do século XIX, que se refere ao Técnico em Contabilidade, cuja função era de responsabilidade por toda a escrituração.

De acordo com Marion (1996, p. 36)

a primeira escola a abordar oficialmente a contabilidade no Brasil foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 e o primeira Faculdade com o curso de Ciências Contábeis e Atuarias foi instalado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo- FEA/USP, em 1946.

Em 1907, foi fundada em Salvador (BA), a Fundação Visconde de Cairu e o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1905.

De acordo com Pêgas (2020, p.5) a estrutura dos tributos no Brasil antes da reforma dos anos 1960 e a reforma tributária dos anos 1960, assim se apresentava:

A estrutura tributária na época do Império foi praticamente mantida após a Proclamação da República, permanecendo assim até a Constituição de 1934. Neste modelo, a principal fonte de receitas públicas era o comércio exterior, com destaque para o imposto de importação, que alcançou, em alguns anos, dois terços da receita total do setor público.

A partir da Constituição de 1934 começou a predominar a cobrança dos impostos internos sobre produtos.

Um dos principais pilares da reforma tributária dos anos 1960 foi a criação de dois impostos sobre o valor agregado: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo o primeiro na esfera estadual e o segundo, federal.

O modelo de substituição de importações é um processo de interno desenvolvimento, através da dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial, no caso do Brasil este modelo iniciou em 1929 e funcionou até meados da década de 60.

De acordo com Tavares (1979 p. 32), o processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina, passou por mudanças:

De 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise.

Ainda Tavares (1979 p. 35), conceitua o processo de substituição das importações:

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

É justamente neste momento de mudanças de rumo na economia é que surgem as mudanças no curso de contabilidade no Brasil era preciso adequar a formação do novo cenário econômico.

Com o desenvolvimento das políticas econômicas do Brasil na década de 40, durante o governo de Getúlio Vargas, o ensino e a profissão contábil passaram por um crescimento, ou seja, o curso médio não atendia mais as exigências de uma formação aprimorada, que se apresentava a partir das diretrizes do governo que se

estabelecia, declaradamente imbuído da proposta do racionalismo desenvolvimentismo a ser executado pela instalação de grandes indústrias. Importante destacar que pela primeira vez o período registrava um crescimento industrial maior que o agrícola com um desenvolvimento na produção de papel, cimento, indústria têxtil, química e metalurgia.

Desse modo, o Ministério da Educação propôs à Presidência da República sancionar o Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945. A Matriz Curricular de acordo com o Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, dispõe sobre o ensino superior de ciências contábeis e atuariais no CAPÍTULO III da referida legislação:

art. 3º O curso de ciências contábeis e atuariais será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática
2. Estatística geral e aplicada
3. Contabilidade geral
4. Ciência da administração
5. Economia política

Segunda série

1. Matemática financeira
2. Ciência das finanças
3. Estatística matemática e demográfica
4. Organização e contabilidade industrial e agrícola
5. Instituições de direito civil e comercial

Terceira série

1. Matemática atuarial
2. Organização e contabilidade bancária
3. Finanças das empresas
4. Técnica comercial
5. Instituições de direito civil e comercial

Quarta série

1. Organização e contabilidade de seguros
2. Contabilidade pública
3. Revisões e perícia contábil
4. Instituições de direito social
5. Legislação tributária e fiscal
6. Prática de processo civil e comercial

O Decreto-Lei n.º 8.191, de 20 de novembro de 1945, que “estabelece as disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quartas séries.”, assegurou aos alunos que concluírem o curso de contabilidade o regular direito para o exercício da profissão. Confira-se:

Art. 1º Ao aluno que concluir o curso de contabilidade previsto pelo Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, será conferido o diploma de

técnico em contabilidade, em substituição ao diploma de guarda-livros e com direito às prerrogativas asseguradas por lei a este título.

Art. 2º O diploma de técnico em contabilidade conferido aos alunos presentemente matriculados na terceira e quartas séries do curso comercial básico, será apostilado, no ato do registro de que trata o 2 do art. 36 do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, com a declaração explícita que o seu titular gozará, para os efeitos do exercício profissional, das prerrogativas asseguradas por lei aos contadores.

Art. 3º O diplomado pelo curso comercial básico, satisfeitas as demais exigências de ordem geral, terá preferência no provimento de função ou cargo de auxiliar de escritório e de dactilógrafo das empresas particulares que recebam favores do governo, das instituições autárquicas e dos serviços públicos.

Art. 4º Aos portadores do diploma de auxiliar de escritório será, permitida, sem a observância do limite mínimo de idade, a obtenção do certificado de licença ginasial, de acordo com o regime estabelecido no título VII do Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942.

A formação contábil no Brasil, se realizou notadamente, segundo Marion (1996, p. 37), pela predominância de dois métodos sobre o da Escola Contábil Italiana e pelo da Escola Contábil Americana. Sobre a consolidação do método de ensino no Brasil, Marion (1996, p. 37) dispõe que:

através da Escola Contábil Americana com base no livro de Finney&Miller, *Introductory Accounting*, que dá origem à obra *Contabilidade Introdutória*, elaborada por uma equipe de professores do Departamento de Contabilidade da FEA/USP.

No ano de 1945 foi sancionado o Decreto-Lei n.º 8.191, de 20 de novembro de 1945, que definiu as categorias profissionais em Técnico em Contabilidade e Bacharel para o nível superior. Em 27 de maio de 1946, foi assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra o Decreto-Lei n.º 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do Contador e do Guarda-Livros. De acordo com o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), com o objetivo de fiscalizar o exercício da profissão de contabilista, assim atendendo-se os profissionais habilitados como contadores (ensino superior) e guarda-livros (ensino técnico), conforme disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 9.295.

No capítulo IV (das atribuições profissionais), o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/1946 descreve quais as funções do técnico de contabilidade:

- a) a organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;

c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Ainda tratando das atribuições profissionais, o art. 26 do Decreto-lei nº 9.295/1946 determinava que as atividades descritas na alínea “c”, acima mencionada, são de competência exclusiva dos contadores que finalizaram o curso técnico, salvo os casos em que a pessoa possuía o direito adquirido¹ em razão da norma prevista no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1.932.

A segunda fase do desenvolvimento da Contabilidade brasileira, conforme Schmidt (2000, p. 209) “teve o início em 1964, ano em que o professor José da Costa Boucinhas introduziu um novo método de ensino da Contabilidade, ou seja, o método italiano. O professor Boucinhas adotou o método didático norte-americano, baseado no livro *Introductory Accounting*, de Finney e Miller.”

Na questão do ensino de Contabilidade em 1964 SCHMIDT, (2000, p. 210) destaca foi a adoção do método didático norte-americano pela USP, “muda definitivamente, abandonando as escolas de pensamento contábil italianas e assumindo os ditames da escola norte-americana.”

Ainda em 1964, em 17 de março de 1964, foi sancionada a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, que regulamenta as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal.

Ainda em Schmidt, (2000, p. 210) “A participação do governo no desenvolvimento das práticas contábeis continuou ao longo dos anos. Um exemplo dessa interferência foram alguns dispositivos do Decreto nº 58.400, de 1966, que consolidou o regulamento do imposto de renda.”

Um grande divisor de águas no processo contábil foi quando o governo sancionou a Lei 6.404 no ano de 1976, a nova Lei das Sociedades por Ações e no ano de 1977, o Decreto-Lei nº 1598 que veio adequar o regulamento do imposto de renda à nova Lei das Sociedades por Ações.

¹ Conforme dicionário jurídico, SIDOU (2001, p.278) o termo direito adquirido significa “Direito resultante de um fato idôneo para produzi-lo, em virtude de uma lei existente ao tempo em que se produziu, e que pode ser exercido, tornando-se parte integrante do patrimônio de quem o adquiriu, e assim imodificável por lei posterior. *Atual*, quando de exercício imediato. *Futuro*, quando a aquisição não se acabou de operar.”

As décadas de 60 e 70 do século passado viram acontecer o “milagre econômico e a ditadura militar, em seguida as crises econômicas, alta inflação, crise internacional do petróleo. À exceção da instalação dos primeiros programas de pós-graduação *Stricto Sensu* na década de 1970, não houve mudança no ensino superior de contabilidade por comando legal. (PELEIAS, I at all.2007, p.27)

A evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil está representada graficamente aspectos do processo formativo do profissional, conforme figura:

Figura 01 Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil



Fonte: (PELEIAS, I at all.2007, p.27)

O capítulo apresentou assim nas dimensões temporal e temática e de forma descritiva, elementos da evolução da contabilidade como forma de apresentar uma base de referência organizacional, um contexto, um ambiente, o contexto jurídico em que a área de conhecimento contábil, fixou os princípios teóricos da ciência e da formação.

3 ECONOMIA E FORMAÇÃO CONTÁBIL

O capítulo da pesquisa trata, especificamente, do cenário econômico e da privatização do ensino superior, cenário este que contribuiu para a evolução dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, região sudeste e no estado de São Paulo. Procura mostrar a estreita ligação entre o cenário econômico que se estruturava em todo o planeta e como ele vai determinando a formação profissional.

A evolução do ensino comercial dos cursos de formação contábil, em vários níveis como o profissionalizante, o técnico e os cursos de formação superior se tornaram evidentes a partir dos anos 60, trazida pelas mudanças na economia mundial em função do pós-guerra, ampliando o mercado de trabalho para os profissionais da área contábil.

O Brasil na década de 80 iniciou um movimento de redução de tarifas de importação, ou seja, um movimento de abertura da economia, movimento este de integração com o comércio mundial, pelo processo de globalização. Neste período as empresas trabalhavam para implantar gestão de custos com o objetivo de planejar, dirigir e controlar os gastos para obtenção do novo bem de venda, o produto final, resultando em um controle de custos: planejado versus realizado. Uma das frentes de trabalho foi a da qualidade total, o gerenciar os desperdícios e promover atividades internas nas empresas de inovação dos processos.

No caso brasileiro, alguns autores refletem sobre a economia do país e, o texto, procura trazer a ligação com a formação prática profissional dos contabilistas.

De acordo com Sandroni (1996, p. 71), o conceito de capitalismo é:

Sistema econômico e social predominante na maioria dos países industrializados ou em industrialização. Neles, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário; e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado), visando a obtenção de lucro. Vários cientistas sociais de destaque procuraram explicar o surgimento e o funcionamento do capitalismo. Para Werner Sombart, sua essência não está na economia, mas no “espírito” que se desenvolveu dentro da burguesia que surgiu na Europa no fim da Idade Média. Esse espírito teria levado os burgueses a perceber que o melhor método para adquirir riqueza não era acumular capital. Max Weber caracteriza o capitalismo pela predominância da burocracia: as empresas deixaram de ser domésticas e passaram a ter vida própria, exigindo, devido ao tamanho crescente, sistemas contábeis e administrativos altamente racionais para garantir a obtenção de lucro. Para Karl Max, o que define o capitalismo é a

exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. O valor do salário pago correspondia apenas a uma parcela mínima do valor do trabalho executado. A diferença, denominada mais-valia, seria apropriada pelos proprietários dos meios de produção, sob forma de lucro. Historicamente, o capitalismo tem passado por grande evolução. Em sua origem está o empobrecimento da nobreza europeia, devido aos gastos com as cruzadas e à fuga dos camponeses para as cidades (burgos). A partir do Norte, os burgueses passaram a enriquecer, criando bancos e dedicando-se ao comércio em maior escala, primeiro na própria Europa e depois no resto do mundo. Além disso, em vez de apenas comprar os produtos dos artesões para revendê-los, passaram a criar manufaturas e a contratar artesãos para operá-las, substituindo o antigo vínculo de servidão feudal pelo contrato salarial. Aumentaram as oportunidades de trabalho, o volume de dinheiro e o mercado de consumo, tornando-se necessárias a ampliação e a proliferação das manufaturas. Nos séculos XVIII e XIX, esse processo provocou, especialmente na Inglaterra, a Revolução Industrial, com a mecanização das fábricas. A par da formação dos Estados nacionais, também a Reforma, a Revolução Puritana e a Revolução Francesa foram marcos importantes na luta da burguesia para a conquista do poder político, que havia pertencido à nobreza durante a Idade Média. No século XIX, o capitalismo apresentava-se definitivamente estruturado, com os industriais e banqueiros centralizando as decisões econômicas e políticas, e os comerciantes atuando como seus intermediários. No final do século, acentuavam-se as tendências à concentração, com cartéis, trustes e monopólios, o que, no século XX, resultaria na formação de gigantescas empresas multinacionais. Para elas, o planejamento a longo prazo é fundamental, devido à tendência à diminuição da taxa de lucro. As crises são frequentes, provocando falências, desemprego e inflação em boa parte do mundo. Para amenizar essas crises, é crescente a intervenção do Estado na economia.,

A definição acima do sistema capitalista veio após a queda do sistema feudal. A partir de então a força do trabalho humano é trocada pelo pagamento do salário. Essa equação estabeleceu então um valor para a mão de obra, para o labor executado pelo homem que teve como resultado o aumento da produção e, conseqüentemente, dos lucros empresariais.

Ademais, Sandroni (1996, p. 237) também conceitua o liberalismo. Confira-se:

Doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo definiu: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social.

No Brasil, o período imperial em virtude do trabalho escravo fez atrasar a relação trabalhista empresa versus salários. Um momento importante no Brasil que oficializou o modelo capitalista foi através do Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850) e em conjunto com a da Lei das Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), período, em que a cultura cafeeira no Brasil estava em crescente ascensão (meados do século XIX).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve a expansão do processo de industrialização e implantação de políticas públicas voltadas para a expansão do segundo setor e desenvolvimento da indústria siderúrgica. Em seguida outro momento importante na indústria nacional, a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Os governos de Vargas e Kubitschek impuseram o desenvolvimento das forças produtivas nos campos técnico e administrativo.

Neste cenário surgiram os cursos superiores de Ciências Contábeis. A partir desse período e também em decorrência das mudanças econômicas, políticas e sociais pós 2ª guerra, o panorama mundial sofreu transformações, e o mundo assistiu ao advento do neoliberalismo. Esse quadro econômico começou a se alterar a partir da década de 1970, quando o neoliberalismo, enquanto política econômica, passou a se expandir, recuperando a organização dos países e a condução de suas políticas no campo administrativo, econômico e social. Especificando o conceito do neoliberalismo.

De acordo com Sandroni (1996, p. 295), assim deve ser entendido como sendo:

Doutrina político-econômico que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Allais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W. Ropke, A. Rustow e Muller-Armack. Como a escola liberal clássica, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Entretanto, defendem o disciplinamento da econômica de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema. Assim, por exemplo, para que o mecanismo de preços exista ou se torne possível, é imprescindível assegurar a estabilidade financeira e monetária: sem isso, o movimento dos preços tornar-se-ia viciado. O disciplinamento da ordem econômica seria feito pelo Estado, para combater os excessos da livre-concorrência, e pela criação dos chamados mercados concorrenciais, do tipo do Mercado Comum Europeu. Alguns adeptos do neoliberalismo pregam a defesa da pequena empresa e o combate aos grandes monopólios, na linha das leis antitrustes dos Estados Unidos. No plano

social, o neoliberalismo defende a limitação da herança e das grandes fortunas e o estabelecimento de condições de igualdade que possibilitem a concorrência. Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e inclusive de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial.

De acordo com Sandroni (1996, p. 115), o conceito do desenvolvimento autônomo tem o seguinte conceito:

Desenvolvimento de um país à custa de seus próprios meios, sem que se crie uma situação de dependência em relação a outros, mais desenvolvidos. Teoricamente, para o desenvolvimento de um país é preciso mobilizar o excedente potencial de sua economia, encaminhando-o para setores prioritários, de cujo crescimento depende todo o resto (indústrias de base, transporte, energia etc.). Para muitos estudiosos, apesar da crença de que os países subdesenvolvidos, por serem pobres, não possuem capital suficiente para sustentar seu próprio desenvolvimento, isso não se justifica. Nesses países há considerável perda de recursos, sob a forma de exportação de capitais, importações desnecessárias, desenvolvimento de setores não prioritários, gastos militares excessivos, desemprego e subemprego, o que, em princípio, poderia ser evitado. Os recursos assim poupados constituem um excedente acumulável, que, uma vez reinvestido, tende esse excedente, pois a interferência no uso desses recursos costuma contrariar interesses que, muitas vezes, se encontram representados com muita força junto ao poder.

A ascensão neoliberal no Brasil aconteceu no governo Collor em 1989, obtendo ponto alto no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

De acordo com Pires (2010, p. 292), o Governo Collor adotou o chamado “Consenso de Washington”.

O “Consenso de Washington” original incluía os seguintes pontos:

- disciplina fiscal;
- reorientação dos gastos públicos;
- reforma tributária;
- liberalização financeira;
- taxas de câmbio unificadas e competitivas;
- liberalização comercial;
- abertura para o investimento estrangeiro direto;
- desregulamentação;
- direitos de propriedade garantidos.

Ainda conforme Pires (2010, p. 293), foram acrescentados novos pontos no “Consenso de Washington” e chegou a ser chamado “Consenso de Washington Ampliado”. Segue abaixo a nova versão:

Essa nova versão além dos pontos anteriores, incluía as seguintes recomendações:
reforma jurídica e política;
instituições reguladoras;
esforços anticorrupção;
flexibilização do mercado de trabalho;
acordos da OMC;
padrões e códigos financeiros;
abertura “prudente” da conta capital;
regimes não intermediados de taxas de câmbio;
redes de proteção social;
redução da pobreza.

Com o processo de aprovação da atual Constituição Federal, em 1988 e, através da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, foram estabelecidos novos dispositivos educacionais, como por exemplo, o processo de privatização da educação superior através do Decreto nº 2.306 de agosto de 1997, organizado em cinco tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores.

Evidencia-se, portanto, clara política expansionista do ensino superior com direcionamento do processo formativo do aluno para o mercado de trabalho e tendências a adaptá-los ao local da atividade produtiva. Essa linha de raciocínio levou à adoção de algumas medidas que seriam significativas para o balizamento dos formando quanto á eficiência e a eficácia do desempenho profissional.

Pertinente a essa questão e apontando como exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade, passou a preparar um exame de suficiência dos formandos para a obtenção do registro no Conselho Regional de Contabilidade em seu respectivo estado. Ou seja, o órgão de representação de classe chancela pelo exame, a competência do formado para atuar em sua atividade de identificação funcional.

O exame proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade muitas vezes interfere até mesmo na preparação da matriz curricular, visto o que poderá ser cobrado da disciplina em análise no exame de suficiência no final do curso. A preocupação com o exame interfere na pedagogia do docente que está às vezes mais focado no êxito do exame, do que no enriquecimento intelectual do aluno. Este modelo de escola está com base na memorização do conhecimento.

Esta forma de conduzir o processo de aprendizagem associada a uma cultura mais tecnicista, direta e objetiva que no caso do processo contábil está associada ao

modelo da cultura norte-americana. No ensino de contabilidade, apresenta-se já no início os resultados para depois ensinar os detalhes.

Saviani, (2008), mostra que a instituição é criada para atender a determinada necessidade humana, mas de caráter permanente, ou seja, a instituição em uma continuidade. A instituição não constitui algo pronto, mas sim que passa por alterações, para que possa atender as necessidades da população que utiliza. Com o desenvolvimento das sociedades humanas as instituições necessitam também de atualizações e modernizações, repondo constantemente suas próprias condições de produção, ou seja, estar atenta ao desenvolvimento. No período de 1960 a 1980, no período do milagre econômico, a criação do curso de Ciências Contábeis na região em virtude do crescimento econômico, pode ser vinculada a tal premissa e nela os paradigmas podem ser identificados.

As pesquisas em História e Historiografia em Educação têm mostrado que a criação de cursos de nível superior como o de formação contábil, evoluíram da formação técnica de ensino médio (ou antigo 2º grau) para o de ensino superior em decorrência de um ideário operacional que, pelo caminho das políticas públicas determinam a alteração/modificação dos paradigmas existentes e conduzem o trabalho das instituições educacionais aos ajustes dos perfis profissionais necessários.

Segundo Sanfelice (2008, p. 14 e 15),

“[...] a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, ‘acomodadas’ dialeticamente no seu interior.”

Melo (2007, p. 1991), ao considerar o projeto neoliberal da sociedade e da educação, dispõe que:

“O projeto neoliberal de sociedade e de educação consolida-se como hegemônico no Brasil dos anos de 1990, na óptica do capital, realizando mudanças nas nossas políticas educacionais, provocando uma dissociação cada vez mais profunda entre uma educação voltada para a cidadania e formação científico-tecnológica voltada para o trabalho.”

Neste período, estavam sendo abertos os Cursos Superiores de curta duração, ou seja, cursos superiores para atender mais rapidamente ao mercado de trabalho. As mudanças que aconteceram na área da educação neste período mostram a vocação do ensino nesta época no Brasil para a formação científico-tecnológico, direcionado para a produção. Importante ressaltar que essas novas características também significaram uma estimulação ao aumento estatístico das matrículas no ensino superior.

Morrow (2004, p.28), destaca as reformas que estavam acontecendo e o impacto na educação. A educação para o mercado de trabalho globalizado onde o trabalhador não é tratado na questão em análise. A globalização foi definida por Davil Held como “a intensificação de relações sociais mundiais que ligam comunidades distantes, de modo que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Com o processo de globalização, a educação também passou por alguns impactos: Ainda com Morrow, (2004, p. 32), “a educação global a distância, a mudança para o ‘capitalismo acadêmico’ na educação superior e apelos por mudanças na educação de professores e em currículos, que são adaptados aos supostos imperativos do novo trabalhador ‘flexível’.

Com o crescimento da produção surgiu a necessidade de um sistema de informação que comportasse dar apoio rápido as áreas técnicas e administrativas. Por outro lado, o conhecimento escolar precisava acompanhar tais evoluções de maneira constante.

De acordo com Appe (1985, p. 63), “Esse produto - a mercadoria do conhecimento – pode não ser material no sentido tradicional desse termo, mas não há dúvida de que é um produto economicamente essencial”.

Ademais, Appe afirma que (1985, p. 63)

Precisamos situá-lo no contexto das relações estruturais que auxiliaram a produzi-lo, porque o conhecimento técnico não é necessariamente uma mercadoria neutra numa economia capitalista. Isso é hoje particularmente importante, uma vez que está se tornando crescentemente claro que há uma monopolização quase total do conhecimento técnico e da inteligência tecnológica por parte das grandes empresas capitalistas.

O surgimento de novas escolas técnicas passou a ser um ponto de conexão entre a questão cultural e econômica, em virtude da necessidade deste acompanhamento de informações técnicas e administrativas que hoje vão além do

local de trabalho, podendo até mesmo atravessar oceanos. No âmbito da pesquisa, se faz necessário ficar atento com a história da criação das entidades escolares, visto que este seria o papel do Estado, de modo a verificar se o ente federativo contribuiu com incentivos fiscais, empréstimos, fornecimento de transporte, energia elétrica, entre outros.

Saviani (2007, p. 160) trata da relação entre trabalho e educação, sob a ótica a seguir:

“Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.”

No Brasil além do ensino médio oferecido pela educação básica, foi implantado o ensino médio profissionalizante. As Escolas Técnicas Federais (Institutos Federais), e as Escolas Técnicas do Estado de São Paulo-ETECs, passaram a oferecer o ensino médio profissionalizante, com o intuito do melhor atender a formação para o trabalho e seu aproveitamento para o processo produtivo.

Finalmente, à educação superior cabe a tarefa de organizar a cultura superior como forma de possibilitar que participem plenamente da vida cultural, em sua manifestação mais elaborada, todos os membros da sociedade, independentemente do tipo de atividade profissional a que se dediquem. Saviani (2007, p. 161).

Ao término deste ciclo os jovens terão duas alternativas: a continuidade dos estudos universitários ou a vinculação a ocupação profissional. Existe uma preocupação em dar uma continuidade de formação cultural à classe profissionalizante para evitar que eles caiam na passividade intelectual, e também para que os universitários não caiam no academicismo.

Hoje, no sistema capitalista, as escolas organizam os currículos de acordo com a qualificação necessária da região (currículo local) e os cursos profissionalizantes (conhecimentos mais específicos nas próprias empresas). Este tipo de curso limita a uma educação muito linear, ou seja, um processo educativo que ensina como fazer e não como pensar. Neste tipo de formação linear o educando não irá dominar as técnicas de trabalho, mas tão somente a produção sem maiores questionamentos e ideias técnicas sobre o assunto.

Portanto a partir de uma política econômica neoliberal, evidencia-se a necessidade de articular a capacitação da mão de obra às necessidades do mercado. Sob o ponto de vista da educação superior, com visto, adequar a formação do bacharel aos novos determinantes da lucratividade, avaliação e otimização do capital. Particularmente, os cursos aliados a setores produtivos passaram a ter novos olhares para a formação profissional e suas competências. O texto apresenta o processo de formação do contabilista até mostrar como viés das competências a capacidade profissional passou a ser aferida para a efetiva introdução no mercado de trabalho.

3.1 O profissional da contabilidade

No período que corresponde aos anos de 1968 a 1973, como já afirmado, aconteceu o fenômeno que ficou conhecido como o “milagre econômico” brasileiro, associado à grande expansão da economia mundial, conseqüentemente com um aumento significativo das exportações brasileiras.

O processo de globalização na contabilidade iniciou-se com o debate das normas internacionais em 1973, quando foi criado um órgão junto ao Conselho Econômico Social da ONU. Em 1973 ocorreu a constituição do IASB (International Accounting Standards Board-Conselho de Normas Internacionais), composto pelos órgãos de classe de contabilidade na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido/Irlanda e Estados Unidos.

De acordo com Pires (2010, p. 201/202), as bases para o crescimento acelerado da economia nacional foram:

- 1) aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, garantida pela alta concentração de renda e pela ampliação do crédito ao consumidor;
- 2) ampliação do setor da construção civil;
- 3) aumento das exportações, conseguido graças à expansão do comércio internacional e à política de estímulo governamental às exportações, calcada em fortes subsídios;
- 4) entrada de volume considerável de capitais estrangeiros;
- 5) aumento dos investimentos.

No Brasil em 1976, foi assinada a Lei nº 6.404/76 em 15 de dezembro, conhecida como a nova Lei das S.A., que trata sobre as sociedades anônimas, uma reestruturação do processo contábil, ou seja, como um divisor de águas no que diz respeito ao processo contábil.

Referida legislação, de acordo com Ludícibus (1987, p.310-311), determina que as contribuições sob o aspecto contábil são as seguintes:

1. Clara separação entre Contabilidade Comercial [Contabilidade "Contábil"] e Contabilidade para fins fiscais;
2. aperfeiçoamento da classificação das contas no balanço;
3. introdução da reavaliação a valor de mercado;
4. introdução do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos;
5. criação da reserva de lucros a realizar; e
6. aperfeiçoamento do mecanismo de correção monetária.

No campo da economia, por volta de 1980, com o processo da globalização, ou seja, a integração dos mercados de bens e serviços e financeiros em escala mundial, houve significativa mudança por meio das relações econômicas, sociais e culturais entre todos os povos em escala mundial e a necessidade de reorganização em todas as atividades. Os sistemas econômicos se tornaram mais complexos, mais ágeis e diversificados nas suas propostas, operacionalizações e execuções. Nesta época, um fato marcante na economia brasileira foi a importação de veículos, isto em virtude da redução das barreiras alfandegárias, facilitando assim a importação e exportação.

Em 1983, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu as atribuições privativas dos contabilistas conforme as descritas na Resolução do CFC nº 560/83 de 28 de outubro de 1983 (2003, p. 61-62):

Art. 2º O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, controller, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

Essas funções poderão ser exercidas em cargos como os de chefe, subchefe, diretor, responsável, encarregado, supervisor, superintendente, gerente, subgerente, de todas as unidades administrativas onde se processem serviços contábeis. Quanto à titulação, poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, contador público, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, expressando o seu trabalho através de aulas, balancetes, balanços, cálculos e suas memórias, certificados, conferências, demonstrações, laudos periciais, judiciais e extrajudiciais, levantamentos, livros ou teses científicas, livros ou folhas ou fichas escriturados, mapas ou

planilhas preenchidas, papéis de trabalho, pareceres, planos de organização ou reorganização, com textos, organogramas, fluxogramas, cronogramas e outros recursos técnicos semelhantes, prestações de contas, projetos, relatórios, e todas as demais formas de expressão, de acordo com as circunstâncias.

Em palestra proferida pelo Prof. Dr. Edson Luiz Riccio em 25 de setembro de 2003, no TECSI-Laboratório de Tecnologia e Sistemas de Informação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da FEA-USP, foi debatida a importância do Curriculum do Contador Global (Curriculum Mundial):

- 1) Adequação às mudanças provocadas pela Globalização;
- 2) Padronização internacional dos diversos setores da econômica;
- 3) Harmonização contábil;
- 4) Fluxo de profissionais entre os países, reconhecimento de diplomas, entre outros (exemplo da Europa: integração do EURO).

As pesquisas do TECSI-FEA no tema de Educação Contábil e estudos curriculares desde 1999:

- a) Conhecimentos gerais e habilidades;
- b) Educação profissional (técnicas) harmonização e foco do Brasil: USP e ONU;
- c) Exame profissional;
- d) Experiência prática (estágio no mínimo 6 meses);
- e) Educação profissional continuada; e
- f) Processo de certificação.

Nos USA, o processo de certificação dos contadores gerenciais o C.M.A (Certificate Management Accounting), instalou-se no Institute of Management Accounting que gera, administra, supervisiona o ensino preparatório para os exames do C.M.A.

No Brasil em 2005 foi criado o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que produz Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das normas internacionais emanadas do IASB (International Accounting Standards Board).

O artigo publicado no Jornal Valor, p. D6 em 11 de dezembro de 2006 em EU&Carreira apresentava a seguinte manchete “Mercado: Empresas buscam contadores com formação global. Faltam profissionais preparados para entender as novas regras contábeis internacionais”, escrevia Andrea Giardino indicando as novas demandas na área da contabilidade tanto para a formação quanto para o exercício da profissão.

Em 2007 através da lei nº 11.638/07, ocorreram alterações no processo contábil na Lei nº 6.404/1976. A adoção dos padrões internacionais de contabilidade, estabelecidos pelo IFRS (Internacional Financial Reportes Standards), ou seja, as

normas internacionais de contabilidade no Brasil, o profissional passou a ter necessidade de um conhecimento dos procedimentos contábeis de maneira global, visto que, estes novos procedimentos seriam aplicados em mais de 110 países.

Com implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), que unifica os procedimentos contábeis, a responsabilidade do profissional que elabora e analisa os relatórios contábeis aumentou, exigindo assim uma visão crítica e mais conhecimento de gestão de negócios, finanças, planejamento tributário e sistema de informação contábil.

Em uma segunda fase, em 2009 ocorreram alterações contábeis na Lei nº 11.638/2007 através da Lei nº 11.941/2009 e alterações fiscais.

Em 2014, veio Lei nº 12.973/2014 que finalizou a regulamentação fiscal das normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS=International Financial Reporting Standards) na legislação brasileira e conseqüentemente na prática contábil (societária).

Diante destas alterações de procedimentos na contabilidade societária, em paralelo estava a evolução da informação gerencial, ou seja, informação para o cliente interno do negócio empresa. O mercado passou a exigir mais capacitação profissional e as empresas passaram a procurar mais executivos para área contábil.

Em um levantamento da pesquisa realizada pela empresa de recrutamento Robert Half a demanda por área de atuação, conforme publicação na p. D12, em 29 de dezembro 2010 no Jornal Valor, caderno Eu e Carreira, se apresentavam os seguintes indicadores:

Os mais requisitados: Demanda prevista no semestre por área de atuação

Contabilidade	39%
Análises financeiras	36%
Crédito e cobrança	32%
Auditora interna	28%
Controladoria	23%
Folha de pagamento	23%
Gestão de riscos	20%
Impostos	16%
Tesouraria	13%
Contas a pagar	12%
Governança corporativa	9%
Compliance	3%
Contas a receber	3%
Nenhuma	11%
Não sei	3%

No Brasil, o principal motivo para que as empresas aumentem as contratações é o crescimento dos negócios – razão apontada por 62% dos

entrevistados. A demanda por executivos de finanças e contabilidade é impulsionada também pela entrada de empresas internacionais no país – elas buscam profissionais que, além de entender o sistema fiscal e tributário brasileiro, sejam responsáveis pelas primeiras ações dessas companhias no mercado local.

Os contadores serão os mais disputados pelas empresas nos próximos seis meses – 39% dos gestores pretendem contratar profissionais para essa área no Brasil (conforme quadro acima).”

De acordo com o professor Marion em artigo no Sindcont-SP intitulado Atitude Profissional Mensário do Contabilista-Ed 522/Jul-2009 na página 14 destaca: “O mercado de trabalho para o contabilista teve grande avanço nos últimos anos. A Contabilidade tornou-se uma das profissões mais valorizadas do mundo; chance extra para aqueles que se encantam por números e desejam abraçar a carreira contábil”

O fortalecimento da profissão de contabilista é um fenômeno mundial. Segundo Marion, na Austrália, há solicitação de mais de 2.600 contadores para quem quiser se mudar para o País. Já os anúncios, procurando contadores no Brasil, superam os de qualquer outra profissão. “hoje, não há um bom profissional da área contábil desempregado. Em alguns Estados americanos, o contador é o profissional mais remunerado entre as profissões liberais, é uma classe privilegiada”, destaca o professor. No novo cenário mundial, as empresas não sobrevivem mais sem um contabilista. Marion acredita que as empresas estão percebendo que, sem uma boa Contabilidade, não há dados para se tomar decisões econômicas. “As empresas precisam de profissionais que ajudem no processo decisório, interpretando as informações, e não ‘de serviços de despachantes contábeis’ ou, exclusivamente, escrituradores. O contador, em sua nova função, tem muito espaço pela frente, atuando como ‘médico das empresas’.” De acordo com o professor Marion, o mercado de trabalho tem uma visão diferente do contabilista. “As empresas não olham com bons olhos a Contabilidade burocrática, mas a Contabilidade gerencial. Isto só foi possível quando as empresas começaram a ter uma mortalidade de 50% já nos dois primeiros anos e não viram outra saída, a não ser recorrer à Contabilidade para a tomada de decisões.”

Em relação as diferenças entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira, (ATIKSON; BANKER; KAPLAN; YOUNG, 2001, p.36-39) ensinam que:

Contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização. A Contabilidade financeira lida com a elaboração e a comunicação econômica sobre uma organização ao público externo: acionistas, credores (bancos, financeiras e fornecedores), órgãos reguladores e autoridades governamentais tributárias. As informações dos sistemas de contabilidade gerencial devem ajudar os funcionários a aprender a fazer o seguinte:

1. Melhorar a qualidade das operações.
2. Reduzir custos das operações.
3. Aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes.

No século XIX, os sistemas contábeis das empresas eram preparados para atender às necessidades de tomada de decisão e controle dos gerentes. Entretanto, durante o século passado, a contabilidade para o público externo tornou-se bastante exigida em razão da crescente regulamentação e dos vários padrões de relatórios externos.

Padoveze (2010, p. 34-35) apresentava a evolução e mudanças na Contabilidade Gerencial, conforme a IFAC: International Federation of Accountants:

- O campo da atividade organizacional abarcado pela Contabilidade Gerencial foi desenvolvido através de quatro estágios reconhecíveis:
- Estágio 1 - Antes de 1950, o foco era na determinação do custo e controle financeiro, através do uso das tecnologias de orçamento e contabilidade de custos;
- Estágio 2 – Por volta de 1965, o foco foi mudado para o fornecimento de informação para o controle e planejamento gerencial, através do uso de tecnologias tais como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade;
- Estágio 3 – Por volta de 1985, a atenção foi focada na redução do desperdício de recursos usados nos processos de negócios, através do uso das tecnologias de análise do processo e administração estratégica de custos;
- Estágio 4 – Por volta de 1995, a atenção foi mudada para a geração ou criação do valor através do uso efetivo dos recursos, através do uso de tecnologias tais como exame dos direcionados de valor ao cliente, valor para o acionista, e inovação organizacional.

Cada etapa da evolução veio contribuir com elementos para no processo de gerenciamento das entidades.

A formação do Técnico em Contabilidade, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do MEC na terceira edição no ano de 2014, estabelece o curso com 800 horas e tem como base o seguinte perfil profissional:

Anota informações sobre transações financeiras. Examina documentos fiscais e parafiscais. Analisa a documentação contábil e elabora planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais, de amortização dos valores imateriais. Organiza, controla e arquiva os documentos relativos à atividade contábil. Controla as movimentações. Registra as operações contábeis da empresa. Ordena os movimentos pelo débito e crédito. Prepara a documentação.

Ocupações CBO associadas

351105-Técnico em contabilidade

351110-Chefe de contabilidade (técnico)

351115-Consultor contábil (técnico).

A formação do bacharel em Ciências Contábeis tem uma carga horária mínima de 3.000 horas, enquanto o técnico em contabilidade tem 800 horas. Durante muitas décadas, o profissional contábil estava vinculado à atividade de

escrituração e a apuração de tributos, trabalhava para atender somente o operacional e na maioria das vezes, uma atividade totalmente manual.

Nas últimas décadas passou a incorporar novas atribuições, contribuindo com informações úteis para o processo de planejamento e acompanhamento dele, ou seja, informações gerenciais que exigem conhecimentos de métodos quantitativos (matemática aplicada, estatística aplicada, matemática financeira, pesquisa operacional).

A presença das reflexões de Morrow, Melo, Saviani permitiram identificar como a sequência de eventos sócios econômicos relevantes afetaram o ensino de contabilidade no país.

4 O ENSINO DA CONTABILIDADE: PANORAMA RECENTE

Neste capítulo a pesquisa aborda, especificamente, a trajetória dos cursos de contabilidade no Brasil, região sudeste e no estado de São Paulo, sua evolução e o desempenho e o desempenho do bacharel em Ciências Contábeis no exame de suficiência-profissional.

4.1 A cidade de Sorocaba: a economia e a influência na educação contábil

A cidade de Sorocaba foi fundada em 15 de agosto de 1.654. De acordo com Almeida (2002, p. 12) “Sorocaba seria um substantivo formado pelo verbo SOROC, rasgar, e o sufixo ou o particípio aba, designando lugar, em suma, lugar rasgado ou Rasgão na serra, isto é, entre as pedras, ou na terra, isto é, vossoroca.”

Na primeira fase o desenvolvimento na cidade de Sorocaba aconteceu a partir do comércio de muares de origem do sul do país no estado Rio Grande do Sul no período de 1750 a 1860. De acordo com Silva (2000, p. 34):

A função secundária da agricultura em Sorocaba que ilustra a importância das Feiras:

AGRICULTURA (1836)

Café = 770 arrobas

Açúcar = 2.930 arrobas

Arroz = 3.342 alqueires

Feijão = 5.565 alqueires

Milho = 170.972 alqueires

Fumo = 428 arrobas

Algodão em rama = 704 arrobas

As feiras foram a base econômica da vila de Sorocaba. No auge do ciclo do mear, Sorocaba foi elevada à categoria de cidade (1842).

Na segunda fase do desenvolvimento, foi a indústria e o modal ferroviário. Nesse sentido, Almeida (2002 p. 282) relata que:

o período de 1865-1875 é uma década importante para História de Sorocaba, marcada pelo início da cultura algodoeira em grande escala, o abandono paulatino do comércio e a feira de muares, que acabou em 1897, e a inauguração da estrada de ferro em 1875.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e a instalação das indústrias têxteis, iniciou-se uma série de transformações na cidade e na região. O transporte ferroviário inaugurou uma nova forma de distribuição dos produtos

produzidos na cidade e provocou o surgimento de novas cidades no percurso da ferrovia de acordo com o avanço dela em direção ao interior de São Paulo.

Essas alterações econômicas, deram origem aos novos estabelecimentos comerciais, padarias e relojarias. Segundo Almeida (2002, p. 283) “A iniciativa de Manoel Lopes de Oliveira fundando fábrica de tecidos em 1852 foi tanto mais ousada e generosa quanto a produção de algodão em Sorocaba e no Brasil ainda estava em fase colonial”.

Para Silva (2002, p. 83):

As fábricas sorocabanas serviram-se muito das máquinas produzidas na Inglaterra. A primeira fábrica que prosperou na cidade em 1882, a Nossa Senhora da Ponte, comprou todo maquinário da empresa Curtis Sons e Co., de Manchester. Com o desenvolvimento industrial inglês era interessante ampliar o mercado de máquinas novas ou mesmo já ultrapassadas para as indústrias inglesas.

A cidade de Sorocaba que vinha fornecendo algodão àquele país, agora também começa a consumir máquinas inglesas.

Em 1904, quando Alfredo Maia chama Sorocaba de Manchester Paulista, a cidade conta com quatro fábricas têxteis de “grande porte”.

.1.882 – Nossa Senhora da Ponte

.1890 – Votorantim e Santa Rosália

.1.896 – Santa Maria, além de duas fábricas de chapéus, manufaturas e artesanatos.

Do final do século XIX ao início do século XX outras indústrias foram sendo instaladas, como parte de um projeto de desenvolvimento de determinadas regiões do interior do estado e, que estava associado ao processo de urbanização do estado de São Paulo associado a três questões, conforme Cano (1988, p. 111):

- a. a questão da industrialização interiorizada;
- b. a urbanização nas principais regiões do interior;
- c. as finanças públicas municipais no interior paulista.

O período que medeia a crise de 1929 e a implantação da indústria pesada (1956/1961) testemunhou o avanço da industrialização interiorizada, fazendo com que a participação do restante do interior no total da indústria paulista, em termos de valor produtivo, se mantivesse, acompanhando o crescimento médio estadual. Contudo, essa industrialização se fez de maneira complementar às necessidades do centro industrial dominante, fortemente concentrada na Grande São Paulo: a industrialização se fez de maneira complementar às necessidades daquele centro, articulando a transformação industrial de sua agricultura e expandindo, basicamente, o setor industrial produtos de bens de consumo não-duráveis, notadamente alguns segmentos da agroindústria. Contudo, a grande expansão industrial que se manifesta no interior, durante a década de 70, traz uma nova feição à estrutura industrial interiorana, pela presença marcante da instalação de grande número de indústrias de porte médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial, como o do metal-mecânico, petroquímica e eletrônica.

Com o desenvolvimento econômico e urbano na cidade de Sorocaba, se fez necessária a evolução escolar com a implantação de cursos técnicos em geral, bem como a educação superior.

De acordo com Boschetti (2006, 133):

Em 1910, foram criadas primeiras escolas oficiais do Estado de São Paulo, com intuito de prover mão-de-obra qualificada ao mercado interno. Buscavam atingir uma população específica: “os filhos de trabalhadores que iriam seguir a profissão de seus pais” sustentando as forças estatais. Ao final da década de 20, o Ensino Profissional expandiu-se diversificando as possibilidades de formação. Um elenco variado de opções oferecia desde o ensino industrial básico até cursos de mecânica, eletricidade, eletrônica, marcenaria, tipografia, encadernação, selaria, serraria, tapeçaria. Tal diversidade, apresenta mostras representativas de como os estados, suas regiões e os recursos disponíveis estavam integrados na orientação profissional da mão-de-obra.”

O desenvolvimento da cidade de Sorocaba ao longo da história, passou a trazer necessidade de formação profissional, visto que, estava passando por um processo de expansão industrial e comercial.

Registra-se que na cidade de Sorocaba, em 22 de outubro de 1924, começou a funcionar a Escola de Comércio, sendo a primeira para formação profissional. A expansão industrial e comercial justificava a necessidade da formação. Com funcionamento em um casarão localizado na rua Álvaro Sorares, na região central da cidade, o curso iniciou suas atividades, numa cidade que mostrava seu desenvolvimento fabril em franca expansão física com significativas instalações pelo município e conseqüente atividade econômica envolvendo o segundo e o terceiro setor da economia.

A Escola Técnica que foi criada em 30 de dezembro 1921 e instalada em 09 de junho de 1929, com a denominação de “Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba”, atualmente Escola Técnica Estadual “Fernando Prestes”, colaborando na formação profissional diante do desenvolvimento da Cidade de Sorocaba.²

² Em 1931 passou a ser denominada Escola Profissional Mista Cel. Fernando Prestes. Já em 1948 é feita mudança para o prédio na Avenida Pereira Inácio atualmente está a Escola Técnica Estadual Rubens de Faria e Souza. Ademais, no ano de 1982 começa a funcionar em um novo prédio na Rua Natal, 340, Jardim Paulistano e ocorre uma outra mudança, o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” assume os cursos de técnicos de 2º grau da escola, passando a escola ser denominada de Escola Técnica Estadual (ETEC) “Fernando Prestes”. O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Presente em 369 municípios, a instituição administra 223

Ademais, de acordo com o Decreto n.º 17.329, de 28 de maio de 1926, foi instituído o regulamento para os cursos de Ensino Técnico Comercial:

Art. 2º O curso geral será de quatro annos e comprehenderá as seguintes matérias:

b) technicas: noções de geografia econômica e da história do commercio, agricultura e indústria; merceologia e tecnologia merceologica; mathematicas applicadas (operações financeiras a curto e a longo prazo); noções de direito constitucional, civil e commercial; legislação da fazenda e aduaneira; prática jurídico-commercial; contabilidade (integral); complementos de sciencias naturaes applicadas ao commercio; estenographia; mecanografia; prática de commercio.

Ainda de acordo com Boschetti (2006, 136):

Em Sorocaba puderam ser desenvolvidas duas frentes significativas do ensino industrial: a escola profissional e o curso de formação ferroviários. 1. A Escola Profissional Mista foi instalada na esquina das ruas Barão do Rio Branco e Dr. Álvares Soares, área central da cidade em 9 de junho de 1929, oferecendo logo no ano da sua instalação o Curso de Tecelagem a fim de especializar mão-de-obra para as indústrias de tecelagem em ascensão no final do século XIX.

Em 1931, o Decreto n.º 20.158, do dia 30 de junho, regulamentou a profissão de Contador e reorganizou o ensino comercial. No que diz respeito a profissão Contábil, os cursos técnicos oferecidos eram: guarda-livros, atuário e de perito-contador.

As disciplinas que compreendiam o curso de guarda-livros, procuravam oferecer ao estudante um conjunto de dispositivos para torná-lo apto ao exercício profissional e eram as seguintes, conforme previsto no art. 6º, alínea “b”:

Primeiro ano

1) Contabilidade (Noções preliminares): Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de idéias com as demais cadeiras de contabilidade, no propósito de evitar secção de continuidade no método de ensino. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.

2) Matemática comercial: Compra e venda; percentagens; câmbio; juros e descontos simples.

3) Noções de direito comercial: Principais disposições sobre ato de comércio, comerciantes e sociedades comerciais. Contratos e obrigações em geral.

4) Estenografia: Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados para a correspondência comercial.

5) Mecanografia: a) Datilografia, em máquinas dotadas em teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das

3. Escolas Técnicas (Etecs) e 74 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, com mais de 322 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos.

principais máquinas de uso nos escritórios, dos mimeógrafos, duplicadores, das máquinas de calcular colecionar, registrar e quaisquer outras de uso corrente.

Segundo ano

1) Contabilidade mercantil: Estado do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais comissões e consignações; participações, exportações com aplicação a determinados ramos do comércio regional; comércio a termo; importação; regimes aduaneiros, cálculos de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável.

2) Matemática comercial: Estudo complementar envolvendo questões de juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos.

3) Legislação fiscal: Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e Município a respectiva legislação fiscal.

4) Técnica comercial e processos de propaganda: a) generalidades sobre o comércio, pessoas e nele interveem. Operações comerciais; cláusulas contratuais de compra e venda. Centros de negócios; bolsas, mercados e feiras, caixas de liquidação e garantia; armazéns gerais e entrepostos; documentos que emitem; b) meios correntes de publicidade.

5) Estenografia: Prática intensiva do estudo anteriormente feito.

6) Mecanografia: Exercícios continuados de datilografia e manejo das máquinas de cálculo, dos mimeógrafos, duplicadores, etc.

De acordo com Oliveira (2014, 196 e 197) na primeira fase de desenvolvimento de Sorocaba:

Na década de 60, Sorocaba sofria com a falta de diversificação do seu parque industrial. Com quase a totalidade da sua população vivendo em função da indústria têxtil ou da Estrada de Ferro Sorocabana, problemas como o atraso do pagamento dos salários, tradicionalmente baixos, causavam profunda depressão no comércio e nos serviços da cidade. A própria administração municipal, dispendo de arrecadações irrisórias de impostos, sentia dificuldades em dar encaminhamento aos serviços básicos de atendimento à população. A cidade se afundava assim num círculo vicioso: o povo sem poder aquisitivo não podia acionar a máquina econômica e esta, por sua vez, se sentia impotente para melhorar as condições do povo. Era necessária a intervenção do governo municipal e estadual para que se acelerasse a industrialização do interior. Uma nova fase de industrialização se inicia em Sorocaba e região no final da década de 60. Em 1965 veio para Sorocaba a Companhia Nacional de Aviões – CONAL que fabricava e realizava manutenção de aeronaves. Foi o estopim para uma política de industrialização que passou a nortear o governo do município. O primeiro passo estava dado, a importância da industrialização ficou clara para nossos governantes. A partir desse ano novas indústrias começam a se instalar na cidade. Alguns fatores determinaram a instalação dessas empresas a escolas técnicas aqui existentes, a infraestrutura da cidade, as facilidades de acesso. O governo estadual também colaborou para essa fase com a construção das estradas que cortaram o município rumo ao interior e facilitando o acesso a capital do estado. A partir de 1967 instalaram-se na cidade empresas de mecânica pesada, como a Fábrica de Aço Paulista S.A. – FAÇO, fabricante de equipamentos pesados para

indústria de extração mineral, britadores, que recebe do município em doação o terreno para suas instalações e isenção de imposto territorial urbano por trinta anos. Estava se iniciando a política de industrialização do município, que passa a oferecer isenções de impostos e doações de terrenos e tratamento diferenciado as empresas e empresários que aqui quisessem se instalar. Vieram a Bardella-Sorefame – BSI, fabricante de comportas e equipamentos para geração de energia; a Jaraguá S.A., fabricante de máquinas pesadas para indústria química e ferroviária; Fábrica Nacional de Implementos FNI-Howard S.A., fabricante de implementos agrícolas. A Fábrica Nacional de Implementos foi uma indústria que participou ativamente de projetos desenvolvidos dentro da Faculdade de Tecnologia, utilizando dos conhecimentos ali gerados, para desenvolvimento de seus produtos. Nessa época também se cogitou da instalação em Sorocaba ou região de uma refinaria de petróleo, que representaria então a redenção de toda a área. Estivemos perto dessa conquista, mas ela escapou de nossas mãos indo para o município de Paulínia. Nesse ano a Prefeitura apresentava a Câmara um projeto de lei que autorizava doar um terreno industrial e a conceder incentivos fiscais a Fábrica de Aço Paulista – FAÇO, então subsidiária de um grupo industrial sueco. Construindo sua unidade industrial às margens da rodovia Sorocaba-Itu, a FAÇO, tornou-se um verdadeiro “cartão de visitas” da cidade e suas magníficas instalações converteram-se em chamariz para novas empresas. A empresa Fábrica de Aço Paulista, também foi importante para a Faculdade à medida que muitos de seus profissionais, participaram como professores que iniciaram o curso, tendo o engenheiro Wenceslau Carasek Neto importante defensor e divulgador da Faculdade, quando de sua participação na Comissão de Desenvolvimento Industrial de Sorocaba. Muitos dos formandos passaram a estagiar na empresa e depois vieram a integrar o seu quadro de funcionários. A partir daí aconteceu o que se poderia chamar a primeira revolução industrial de Sorocaba, pós indústria têxtil.

Conforme Oliveira (2014, 198 e 199) na segunda fase de desenvolvimento de Sorocaba:

Em pouco tempo, com o aprendizado da primeira fase de industrialização pelo governo municipal, a partir de 1970 a cidade passa por uma segunda fase do desenvolvimento industrial. Vários fatores contribuíram para esse desenvolvimento, o restabelecimento do crescimento econômico, a melhoria dos serviços públicos de infraestrutura, a aprovação do Plano Diretor da cidade, medida básica que contribuiu para a preparação da cidade com vista a esse novo evento, especialmente no que se refere ao zoneamento. Assim a Zona Industrial ficou restrita às áreas localizadas ao longo da rodovia Sorocaba-Itu (SP 75), já existente, e as rodovias “Castelo Branco” (SP 280) e de acesso (SP 79), em projeto. Foi elaborada e aprovada a lei que autorizava a concessão de incentivos fiscais e auxílio para a implantação de novas indústrias, seguindo o exemplo de outros municípios paulistas que davam os primeiros passos em busca da industrialização. Foi criada e a instalada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial, que passa a cuidar da nova política de desenvolvimento. Em janeiro de 1973, no início do ano, Sorocaba já começava a despontar como centro de atração de investimentos industriais. Outros municípios, centros de industrialização já se apresentavam saturados, com valores imobiliários inflacionados e mão de obra escassa, especialmente os localizados nas proximidades das rodovias que ligavam à Capital do Estado. Sorocaba, por sua vez, tinha a “Castelo Branco” e importantes rodovias em construção ou em projeto: a rodovia de acesso, a

estrada do açúcar, a pavimentação da Sorocaba-Porto Feliz, da Sorocaba-Piedade e a complementação da Sorocaba-Pilar do Sul. Além de boas estradas, o município ocupava posição privilegiada no sistema de telecomunicações, infraestrutura urbana, mão de obra abundante e extensa rede escolar e hospitalar. E todos esses fatores eram básicos para os empresários que buscavam a nova sede para seus empreendimentos. A partir de 1973, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial – CDMI foi um dos órgãos mais atuantes, recebendo e atendendo centenas de indústrias que procuram a cidade para aqui instalarem suas empresas. No ano de 1973, foram examinados 67 processos de instalação industrial. Em 1974 foram examinados 37 processos e, durante o corrente ano (1975), 10 pareceres foram emitidos pela CDMI. Destes 114 projetos industriais aprovados pela CDMI, 55 foram efetivados, com real conclusão dos atendimentos para a instalação das unidades industriais na cidade. Somadas às outras 10 indústrias aprovadas nos anos anteriores, completavam 65 fábricas em funcionamento ou em instalação na cidade. Algumas empresas de Sorocaba também contribuíram para esse incremento industrial, que criava empregos e fazia com que a infraestrutura da cidade acompanhasse ritmo imposto pelas indústrias. Destacam-se a Metalúrgica Nossa Senhora Aparecida – fundição; Irmãos Bórnica – máquinas de recauchutagem; Estamparia, Barbero, Sussex, Manchester, Nossa Senhora do Carmo – setor têxtil; Minercal – mineração; Mimovo – alimentação; Breda – transportes; Damo – embalagens; Silvestrini – construção e limpeza; Marwil, Campanati; Negrita – indústria química, Ipanema – Ciment

Ainda de acordo com Oliveira (2014, 196 e 197) na terceira fase de desenvolvimento de Sorocaba:

Com o crescimento acelerado do parque industrial de Sorocaba, as mudanças aconteciam muito rapidamente e, a partir de 1975, um novo crescimento foi notado com a vinda de novas indústrias, com produtos que tinham como característica, tecnologias inovadoras. Considera-se a partir daí a terceira fase do desenvolvimento industrial sorocabano, quando o porte dos grupos empresariais que procuravam o município, para instalação de suas plantas foi aumentando, constituindo-se de grandes grupos como, o complexo japonês Teijin de produtos têxteis, a Microlite, fabricante de baterias e pilhas, e outros, que somados aos já existentes e aos que tinham projetos de se instalar deram visibilidade, geração de empregos, mudanças na administração pública, nova visão da industrialização e condições de melhora na qualidade de vida da população. É a partir daí, que Sorocaba passa a figurar entre os principais centros de desenvolvimento industrial do Estado, e a ter intensa procura por parte dos industriais, o que provoca uma grande carga de serviços aos órgãos da prefeitura. Nesta fase apresentaram projetos de instalações na cidade as seguintes industriais: Microlite S.A. (três unidades, pilha Ray-O-Vac, baterias Saturno e fios Lipasa) Rolamentos Schaeffler do Brasil (rolamentos e embreagens); Luk do Brasil, (embreagens); Massey Ferguson, fabricante de tratores e pás carregadeiras; Kassuga do Brasil (papel); Amitex Ltda. (ligada ao grupo japonês Ataka Co., fabricante de fibras têxteis); White Martins (oxigênio e acetileno). Em Frankfurt, Alemanha, foram assinados contratos de intenção de instalação em Sorocaba de quatro novas indústrias alemãs de máquinas operatrizes com um investimento de quase uma dezena de milhões de dólares e criando perto de 1500 empregos. Era o Grupo Maquinasa Máquinas Nacionais S.A. que congregava as empresas Heller Máquinas Operatrizes Ltda; Engrenasa Máquinas de engrenagens S.A. e Index Tornos Automáticos Ltda. O grande complexo

industrial têxtil do Grupo Teijin, do Japão, que seria instalado numa área de três milhões de metros quadrados, criando um faturamento mensal de mais de 120 milhões. Além destes projetos já aprovados e encaminhados, existia ainda quase meia centena de pedidos de instalação em tramitação ou em estudos pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial, alguns deles de grandes grupos industriais. Não podem ser esquecidas as indústrias que aqui cresceram e durante muito tempo sustentaram o desenvolvimento da cidade e eu também necessitavam de novas tecnologias e investimentos. Muitas indústrias genuinamente sorocabanas se modernizaram e expandiram seus negócios com a vinda das novas indústrias. Pode-se citar entre os muitos exemplos o da Metalúrgica Nossa Senhora Aparecida, que praticamente triplicou o seu parque industrial e a sua produção, criando novas linhas de produto de grande demanda no mercado interno e até mesmo externo.

O processo de urbanização o avanço, conforme Cano (1988, p. 113) “esteve sujeito às linhas gerais decorrentes do surgimento da economia industrial, sofrendo, ainda, os efeitos decorrentes tanto do atraso como da modernização agrícola paulista e nacional.”.

Na região de Sorocaba e do Vale do Paraíba, conforme Cano (1988, p. 115) “as transformações agrícolas não foram comparáveis às das regiões mais dinâmicas, mas o êxodo rural foi parcialmente compensado pelo aumento do emprego urbano gerado pela expansão industrial dessas regiões.”.

Com a deterioração da vida urbana na metrópole paulista, na década de 70, ocorreram vários problemas como o transporte coletivo, habitação, saneamento e poluição. Diante destas questões, o governo determinou que a metrópole paulista não poderia mais crescer, com isto a industrialização deveria ser descentralizada (interiorizada).

No período entre 1970 e 1980, o fenômeno de interiorização de acordo com Cano (1988, p. 120):

Instituíram-se políticas atrativas municipais em vários municípios paulistas. Tais políticas utilizaram alguns instrumentos incentivadores, como:

- a. isenção parcial ou total de tributos municipais;
- b. concessão de áreas a preços subsidiados;
- c. execução gratuita de infra-estrutura (vias de acesso, asfalto, comunicação, saneamento etc.);
- d. construção de Distritos Industriais.

Conforme a Fundação SEADE (1988) Cano, p. 62:

O primeiro ciclo da industrialização pesa, no seu movimento ascendente (1956-1962), reforçou a concentração na metrópole da população, da indústria e dos serviços que se desdobram a partir dessas demandas-efeitos que se manifestam na composição da PEA em 1970. O segundo ciclo, em seu movimento ascendente (1968-1973), determinou o crescimento e modernização do interior, provocando uma desconcentração relativa da população e da atividade urbana, tanto no setor secundário como no terciário – efeitos que se manifestam na composição da PEA em 1980.

Ainda de acordo com a Fundação SEADE (1990) p. 17:

Em síntese, o movimento de descentralização industrial verificado no Estado de São Paulo, na década de 70, e a conseqüente interiorização do desenvolvimento deram-se em especial nas áreas economicamente mais dinâmicas e em função dos seguintes fatores:

- a) alocação de recursos federais na área de petroquímica, através da implantação de refinarias de petróleo nas regiões de Campinas e de São José dos Campos e da consolidação do principal polo petroquímico do país na região do Litoral;
- b) implementação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), encadeado à indústria de bens de capital, com maiores reflexos nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto;
- c) implantação de institutos de pesquisa, da Unicamp e de grandes plantas dos setores eletrônico, de informática e de telecomunicações de Campinas;
- d) implantação de complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba;
- e) construção e melhoramentos dos eixos de penetração e consolidação de rede de estradas vicinais, com recursos do governo estadual; e
- f) modernização e expansão da agricultura paulista, com forte impacto nos setores agroindustrial e de bens de capital, dentre outros fatores.

Conforme Pires (2010) p. 201:

Em suma, as bases para o acelerado crescimento da economia brasileira no período 1968-1973 foram as seguintes:

- 1) aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, garantida pela alta concentração da renda e pela aplicação do crédito ao consumidor;
- 2) ampliação do setor de construção civil;
- 3) aumento das exportações, conseguido graças à expansão do comércio internacional e à política de estímulo governamental às exportações, calcada em fortes subsídios;
- 4) entrada de volume considerável de capitais estrangeiros;
- 5) aumento dos investimentos.

De acordo com Benevides (2012, p 90 e 91):

[...] A partir de 1956 todas as regiões do estado de São Paulo foram influenciadas por uma nova dinâmica econômica nacional. A expansão industrial e o processo de acumulação de capital começavam a tomar como base a industrialização pesada. (CANO, 1998).

Ainda o autor, a concentração podem ser notada através da distribuição do valor de transformação industrial (VTI). São Paulo, que na década de 1930 já respondia por cerca de 33% do VTI do país, elevou a sua participação, passando para 49% em 1949, 56% em 1959 e 58% em 1970. A região de Sorocaba detinha uma participação de 10,39% do VTI em 1928. Com a crise da indústria têxtil, 1940 a 1960, a região perde significativamente sua representatividade.

Num segundo momento, o aumento da produção dos demais estados desconcentrou a participação da indústria paulista no total valor da produção industrial nacional, de 56% em 1975 para 50% em 1980. (CANO, 1988, "p.327"). Em âmbito interno, houve a desconcentração da produção da capital, o arrefecimento do crescimento de seu entorno e o aumento da participação do interior no valor da produção estadual. Os crescentes custos das deseconomias de aglomeração fizeram com que as firmas preferissem se instalar em regiões próximas à capital. Deste modo, a capital passou a contribuir com 30%, o seu entorno com 29% e o interior com 41% do VTI do estado de São Paulo em 1980. Analisando os períodos de 1990 a 2000 o movimento de fortalecimento do interior pode ser apontado conforme demonstra a Tabela 4.

A tabela abaixo trata da distribuição Espacial do Valor da Produção Industrial da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo – 1950-2000. Na década de 1950, a capital do Estado de São Paulo respondia através da distribuição do valor de transformação industrial (VTI), com 54,19% na década de 70 com 43,75% e em 2000 com 35,40%.

Esta queda mostra a maior participação de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo e também maior participação do Interior de São Paulo, passado de 33,67% na década de 1950, com 29,31% na década de 1970, passando para 48,68 % em 2000.

Tabela de Distribuição Espacial do Valor da Produção Industrial da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo – 1950-2000.

Regiões	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Estado de SP	100	100	100	100	100	100
RMSP	66,33	71,10	70,69	58,65	63,64	69,05
Capital	54,19	51,68	43,75	30,07	32,63	35,40
Outros Municípios	12,14	19,42	26,94	28,58	31,01	33,65
Interior	33,67	28,90	29,31	41,35	44,86	48,68
Bauru	2,53	1,32	1,15	1,45	1,57	1,71
Campinas	9,11	8,91	10,54	15,36	16,67	18,08
Litoral	2,20	4,26	4,20	6,65	7,22	7,83
Ribeirão Preto	5,20	3,91	3,63	4,78	5,19	5,63
São José do Rio Preto	1,72	1,02	1,02	0,96	1,04	1,13
Sorocaba	3,93	3,09	2,34	3,96	4,30	5,96

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956, apud. Negri (1966). Inovação e Competitividade, Arbix e Mendonça (2005).

Em relação ao fortalecimento da região do interior destacam-se as regiões: Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto (CANO, 1998b). Este movimento é resultado da desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo.

Conforme Cano (198b), alguns fatores-chave influenciaram a expansão da indústria na região de Sorocaba, tais como: a) o esforço investido na interiorização do desenvolvimento pelo governo estadual e federal diante dos crescentes custos das deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo já nesse período; b) o surgimento de um novo sindicalismo na região do ABCD; c) as políticas temporária e a criação de distritos industriais; d) os investimentos estaduais na construção de eixos viários, os quais ligaram o interior à Região Metropolitana de São Paulo e aos principais portos e aeroportos e e) a procura das empresas por locais próximos do mercado consumidor, dos bolsões de mão-de-obra, de uma complexa estrutura urbana e com melhores condições de infraestrutura de transportes, comunicações, educação, instituições de pesquisa, etc. [...]

Historicamente, a Escola do Comércio de Sorocaba, que iniciou no dia 22 de outubro de 1924, de 1924-1936, funcionava na rua Álvaro Soares. No ano de 1946 passou a chamar-se Organização Sorocabana de Ensino (OSE) e inaugurou o curso Ginásial de 1936-1955, que funcionava na rua da Penha esquina com a Rua Coronel Benedito Pires.

Já no período de 1955-1980 em 1958 a OSE se instalou na rua da Penha 620 e passou a oferecer o curso colegial secundário. Em 1980 expandiu cursos técnicos, depois implementando o curso colegial de formação de professores primários; em 1975 iniciou o curso de Processamento de Dados e em meados de 1980 iniciou o curso técnico em Informática; em 1980 curso Pré-Vestibulares e também o Berçário e Educação Infantil da OSE.³

Em relação aos cursos Técnico em Contabilidade na cidade de Sorocaba, podem ser elencadas as seguintes instituições:

Instituição	Período de funcionamento
OSE – Organização Sorocabana de Ensino	1924 a 2014
EM Dr. Achilles de Almeida	1974 a 1998
Senac – Sorocaba	1980 a 2014
Etec - Fernando Prestes	Desde 1984
Politécnico de Sorocaba Colégio	2000 a 2014
Tableau Colégio Técnico	2005 a 2014
Etec – Rubens de Faria e Souza	2010 a 2011

³ Fonte: www.colegioose.com.br acesso em 13 de janeiro de 2022.

4.2 O ensino superior

A expansão como abordada do ensino superior no país está diretamente vinculada ao desenvolvimento econômico e sua necessidade de formação e capacitação de mão de obra dotada de conhecimento científico, capaz de inserir-se no mercado de trabalho, pessoal e profissionalmente.

O funcionamento de faculdades isoladas e a organização de universidades, antes do cenário das principais capitais, começou a ganhar as regiões interiores dos estados de maior desenvolvimento no país. Evidência da necessidade de formar mais especificamente para o mercado e de caracterizar essa formação em níveis de ensino superior.

A interiorização é uma das maneiras da expansão da educação superior, partindo do deslocamento dos estabelecimentos de ensino superior das regiões centrais para as regiões metropolitanas e interior dos estados. Segundo o entendimento de Duarte (2010, p. 27), em publicação realizada na revista Ensino Superior, a interiorização do ensino superior foi:

iniciado na década de 70 no Estado de São Paulo, o movimento de interiorização do ensino superior no Brasil passou a atingir, a partir da década de 90, proporção nacional.

A necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior e a crescente inserção de alunos têm de ir em busca da escola nos grandes centros urbanos. A novidade é que, atentas a esse desenho, as instituições particulares passaram a oferecer cursos adequados às realidades socioeconômicas locais.

As regiões fora dos grandes centros urbanos têm se transformado em excelentes opções de investimento na área da educação, principalmente para as instituições de ensino superior.

E de acordo com Duarte (2010, p. 32):

No estado de São Paulo, a interiorização do ensino superior começou no final da década de 60, impulsionada pela política do governo Jânio Quadros de expansão do ensino médio na década de 50. Duas décadas depois, o número de instituições cresceu explosivamente.

Nesta perspectiva, o ensino superior no eixo de gestão empresarial, se deu com o curso de Administração de Empresas. A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil em 9 de setembro de 1965. Na cidade Sorocaba o primeiro curso superior de Administração de Empresas foi implantado em 1967, nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (FAFI).

O curso de Ciências Contábeis foi regulamentado no Brasil em 1945. Nesse momento, o curso Técnico em Contabilidade já não atendia as necessidades das entidades no diz respeito a informações com a visão de planejamento, ou seja, informações úteis para o processo de gerenciamento.

No caso de Sorocaba com o processo de interiorização industrial, surgiu também a necessidade de formação para atender ao novo panorama que se desenvolvia em muitas cidades. A modernização dos setores produtivos, a configuração das entidades e as próprias políticas públicas, passaram a facilitar esta formação profissional que se adequasse a elas, fez com se ampliasse a instalação e oferta de cursos de graduação na área.

Diante da expansão industrial, em virtude da interiorização, foi necessário a implantação do primeiro curso de Ciências Contábeis em 1975. A cidade começou a constituir ambiente propício para a instalação de cursos superiores que, ao atender a capacitação de mão-de-obra das instalações industriais para a ocupação do mercado de trabalho mais qualificado, afinal, os setores econômicos da cidade, expandidos pela industrialização estendida para os mercados internos e externos, previam a necessidade de profissionais mais afinados com um contexto de relações e exigências mais complexas.

Além disso, desde os meados da década de 1950, a cidade se constituía em referência do ensino superior com cursos de Medicina (PUC-SP), Direito e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), como já mencionado. Os cursos na área de gestão ministrados pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba-FACCAS, que foi criada nos idos da década de 1.970. Em dia 15 de setembro de 1994, o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 1.364, assinada pelo Ministro da Educação, que criava a Universidade de Sorocaba. A expansão dos cursos levou ao atendimento de outras necessidades e obrigações.

O Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, conforme Art. 3º trata das condições para que o futuro contador seja capacitado a:

I – compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II – apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e

de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
 III – revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Já o Art. 4º que trata das competências e habilidades da formação profissional:

I – utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
 II – demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
 III – elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
 IV – aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
 V – desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecimento nível de precisão;
 VI – exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produto ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
 VII – desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
 VIII – exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Ademais, o Art. 5º trata da organização curricular através de componentes que revelam conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade:

I – conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
 II – conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, periciais, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
 III – conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

A graduação em Ciências Contábeis oferecido na cidade de Sorocaba- SP pela Universidade de Sorocaba, tem a seguinte figura jurídico-acadêmica.

Instituição:	(150) UNIVERSIDADE DE SOROCABA-UNISO
Código:	4.725
Modalidade:	Presencial
Grau:	Bacharelado
Curso:	Ciências Contábeis
Ato Regulatório:	Autorização
Tipo e Nº do Documento:	Decreto 76.001 de 23/07/1975
Reconhecimento:	Portaria 848 de 30/08/1979
Data Início:	03/08/1975
Duração do Curso: CNE/CES	4 (quatro) anos

Fonte: <https://emec.mec.gov.br>

A Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007, dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Art 2º As Instituições de Ensino Superior, para atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000 h e 3.200 h:
Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

A Fundação Brasileira de Contabilidade, seguindo a Resolução CNE/CES nº 10, apresentou uma proposta da Matriz Curricular para Curso de Ciências Contábeis totalizando a carga horária de 3.000 horas, sendo assim distribuída:

Conteúdo de Formação Básica	900 horas/aula
Conteúdo de Formação Profissional	1.620 horas/aula
Conteúdo de Formação Teórico-Prática	480 horas/aula
TOTAL	3.000 horas/aula

Com a proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade, os componentes curriculares de formação profissional são os seguintes apresentados por Carneiro (2017, p.48, 52 e 53):

Contabilidade Introdutória	120 h
Contabilidade Intermediária	120 h
Contabilidade Avançada	120 h
Teoria da Contabilidade	60 h
Perícia, Avaliação e Arbitragem	60 h
Contabilidade de Custos	60 h
Gestão Estratégica de Custos	60 h
Auditoria	120 h
Controladoria	60 h
Finanças Públicas	60 h
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120 h
Planejamento e Contabilidade Tributária	60 h
Planejamento e Orçamento Empresarial	60 h
Análise das Demonstrações Contábeis	60 h
Empreendedorismo	60 h
Mercado de Capitais	60 h
Finanças Corporativas	60 h
Sistema de Informação Gerencial	60 h
Componentes Optativos	240 h
TOTAL	1.620 h

4.3 O exame de suficiência da profissão

Com o aumento de vagas e instituições, assim como em outros cursos superiores, estabeleceu-se a necessidade de aferição formativa para o exercício da profissão.

Para que o profissional da Contabilidade exerça legalmente a profissão, há necessidade de registrar-se no CRC do Estado no qual irá exercer a profissão. A aquisição do registro no CRC se dá mediante aprovação no Exame de Suficiência.

O Exame de Suficiência foi instituído pela Lei nº 12.249/10-Art. 76, que alterou o Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução do CFC Nº 1.486/2015. De acordo com a referida lei, os profissionais da contabilidade somente poderão exercer a profissão mediante conclusão do curso de Ciências Contábeis e a respectiva aprovação no Exame de Suficiência, pré-requisito para registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Nos termos do arts. 1º e 2º da referida Resolução, estão descritos o conceito e objetivo do Exame de Suficiência:

Art. 1º Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Parágrafo único. O Exame de Suficiência, que visa à obtenção de registro na categoria Contador, pode ser prestado pelos bacharéis e estudantes do último ano letivo do curso de Ciências Contábeis.

Art. 2º A aprovação em Exame de Suficiência constitui um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade.

Ademais, o art. 6º da Resolução CFC Nº 1.486/2015 de 15 de maio de 2015, dispõe sobre o conteúdo programático do Exame de Suficiência:

Art. 6º O Exame de Suficiência será composto de uma prova para os Bacharéis em Ciências Contábeis, obedecidas às seguintes condições e áreas de conhecimentos:

- I - Contabilidade Geral;
- II - Contabilidade de Custos;
- III - Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- IV - Contabilidade Gerencial;
- V - Controladoria;
- VI - Teoria da Contabilidade;
- VII - Legislação e Ética Profissional;
- VIII - Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- IX - Auditoria Contábil;
- X - Perícia Contábil;
- XI - Noções de Direito;
- XII - Matemática Financeira e Estatística;
- XIII - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Federal de Contabilidade ou à instituição/empresa contratada, elaborar e divulgar, de forma obrigatória no Edital, os conteúdos programáticos das respectivas áreas que serão exigidos na prova para Bacharéis em Ciências Contábeis.

O exame proposto consta de cinquenta questões de múltipla escolha. Para aprovação no exame são necessários vinte e cinco acertos. São duas edições do exame acontecendo a primeira no mês de março e a segunda no mês de setembro de cada ano, ou seja, duas edições por ano em todo o Brasil. O exame é preparado pelo CFC e aplicado através do CRC de cada estado da federação.

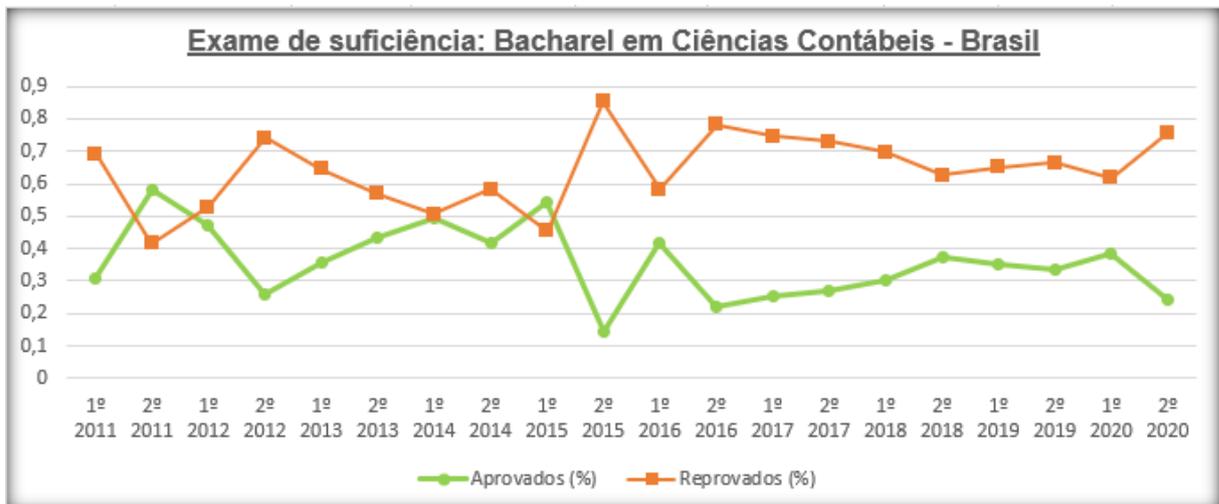
Após instituição do Exame de Suficiência através da Lei 12.249/10-Art. 76, o Conselho Federal de Contabilidade apresentou estatística de acompanhamento do quadro de aprovação dos cursos de Ciências Contábeis e Técnico em Contabilidade.

Lembrando que o Exame de Suficiência para o Curso Técnico em Contabilidade foi extinto a partir de 1º de junho de 2015, sendo aplicado somente para o curso de Bacharel em Ciências Contábeis.

Tabela 1- Exame de suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis no Brasil

Exame de suficiência - Brasil: Bacharel em Ciências Contábeis					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	13.383	4.130	30,86%	9.253	69,14%
2º 2011	18.675	10.886	58,29%	7.789	41,71%
1º 2012	24.774	11.705	47,25%	13.069	52,75%
2º 2012	29.226	7.613	26,05%	21.613	73,95%
1º 2013	33.708	12.000	35,60%	21.708	64,40%
2º 2013	36.833	15.891	43,14%	20.942	56,86%
1º 2014	38.116	18.824	49,39%	19.292	50,61%
2º 2014	32.568	13.591	41,73%	18.977	58,27%
1º 2015	38.023	20.715	54,48%	17.308	45,52%
2º 2015	38.022	5.580	14,68%	32.442	85,32%
1º 2016	41.987	17.576	41,86%	24.411	58,14%
2º 2016	40.879	8.948	21,89%	31.931	78,11%
1º 2017	46.949	11.860	25,26%	35.089	74,74%
2º 2017	44.557	12.041	27,02%	32.516	72,98%
1º 2018	43.864	13.231	30,16%	30.633	69,84%
2º 2018	34.259	12.845	37,49%	21.414	62,51%
1º 2019	36.150	12.626	34,93%	23.524	65,07%
2º 2019	33.182	11.161	33,64%	22.021	66,36%
1º 2020	35.927	13.720	38,19%	22.207	61,81%
2º 2020	43.981	10.668	24,26%	33.313	75,74%
TOTAL	705.063	245.611	34,84%	459.452	65,16%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.org.br):



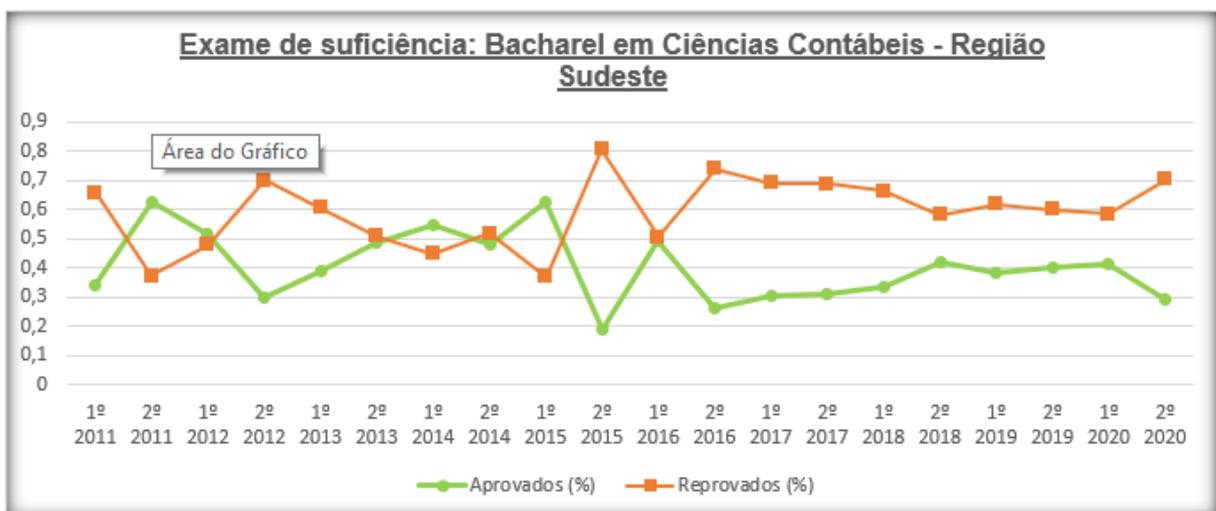
A tabela 1 e o gráfico acima mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis no Brasil, contemplando da primeira edição de 2011 até a segunda edição de 2020. Neste período a média de aprovados foi de 34,84% e a média de reprovados 65,16%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 58,29% na segunda edição de 2011. Já o maior índice de reprovação foi de 85,32% na segunda edição de 2015.

Tabela 2 - Exame de suficiência: Bacharel em Ciências Contábeis/Região Sudeste

Exame de suficiência - Região Sudeste: Bacharel em Ciências Contábeis					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	5.972	2.043	34,21%	3.929	65,79%
2º 2011	7.620	4.779	62,72%	2.841	37,28%
1º 2012	10.894	5.672	52,07%	5.222	47,93%
2º 2012	12.548	3.754	29,92%	8.794	70,08%
1º 2013	14.244	5.601	39,32%	8.643	60,68%
2º 2013	14.560	7.118	48,89%	7.442	51,11%
1º 2014	15.054	8.295	55,10%	6.759	44,90%
2º 2014	12.138	5.830	48,03%	6.308	51,97%
1º 2015	14.814	9.328	62,97%	5.486	37,03%
2º 2015	14.034	2.704	19,27%	11.330	80,73%
1º 2016	17.242	8.492	49,25%	8.750	50,75%
2º 2016	15.351	3.999	26,05%	11.352	73,95%
1º 2017	18.422	5.676	30,81%	12.746	69,19%
2º 2017	16.790	5.237	31,19%	11.553	68,81%
1º 2018	17.417	5.820	33,42%	11.597	66,58%
2º 2018	13.219	5.528	41,82%	7.691	58,18%
1º 2019	14.604	5.577	38,19%	9.027	61,81%
2º 2019	13.276	5.309	39,99%	7.967	60,01%
1º 2020	14.368	5.954	41,44%	8.414	58,56%
2º 2020	17.108	5.039	29,45%	12.069	70,55%
TOTAL	279.675	111.755	39,96%	167.920	60,04%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.ogr.br):



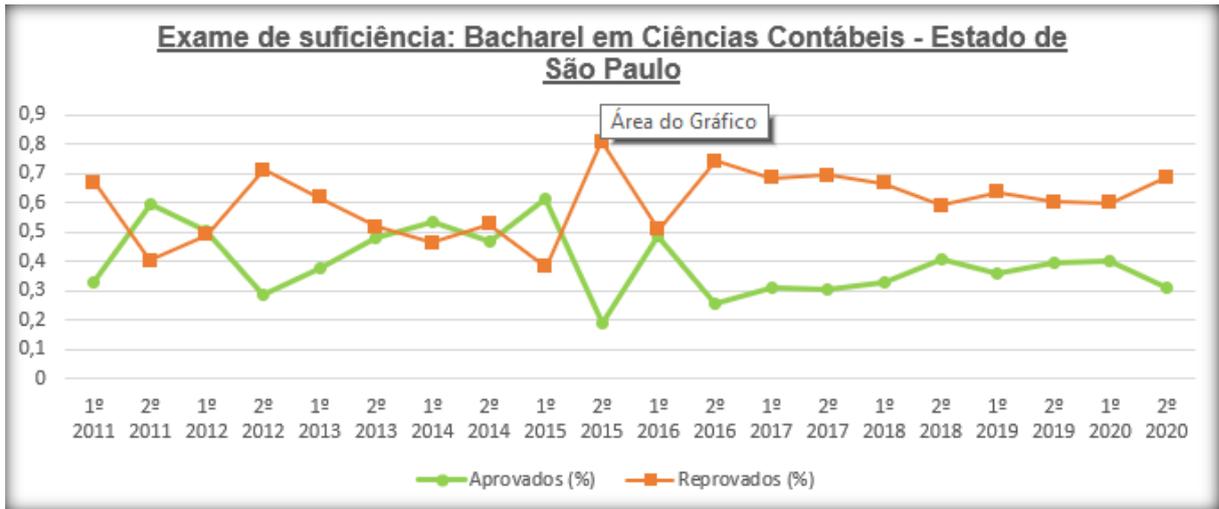
A tabela 2 e o gráfico acima mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis na Região Sudeste do Brasil, contemplando da primeira edição de 2011 até a segunda edição de 2020. Neste período, a média de aprovados foi de 39,96% e a média de reprovados foi de 60,04%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 62,97% na primeira edição de 2015. Já o maior índice de reprovação foi de 80,73% na segunda edição de 2015.

Tabela 3 - Exame de suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis no Estado SP

Exame de suficiência - Estado de São Paulo: Bacharel em Ciências Contábeis					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	3.524	1.161	32,95%	2.363	67,05%
2º 2011	3.973	2.370	59,65%	1.603	40,35%
1º 2012	6.423	3.265	50,83%	3.158	49,17%
2º 2012	7.237	2.077	28,70%	5.160	71,30%
1º 2013	8.268	3.140	37,98%	5.128	62,02%
2º 2013	8.309	3.984	47,95%	4.325	52,05%
1º 2014	8.588	4.595	53,50%	3.993	46,50%
2º 2014	6.880	3.239	47,08%	3.641	52,92%
1º 2015	8.337	5.147	61,74%	3.190	38,26%
2º 2015	7.797	1.486	19,06%	6.311	80,94%
1º 2016	9.920	4.865	49,04%	5.055	50,96%
2º 2016	8.542	2.195	25,70%	6.347	74,30%
1º 2017	10.282	3.218	31,30%	7.064	68,70%
2º 2017	9.145	2.794	30,55%	6.351	69,45%
1º 2018	9.017	2.998	33,25%	6.019	66,75%
2º 2018	7.048	2.871	40,73%	4.177	59,27%
1º 2019	7.715	2.797	36,25%	4.918	63,75%
2º 2019	7.114	2.816	39,58%	4.298	60,42%
1º 2020	7.724	3.088	39,98%	4.636	60,02%
2º 2020	8.505	2.648	31,13%	5.857	68,87%
TOTAL	154.348	60.754	39,36%	93.594	60,64%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.ogr.br):



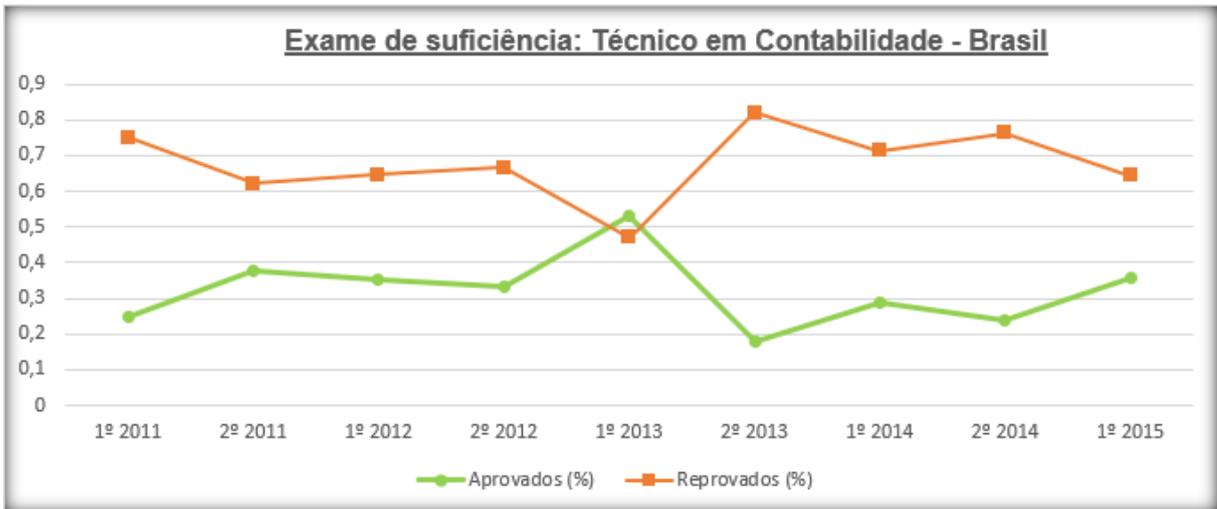
A tabela 3 e o gráfico acima mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis no Estado de São Paulo, contemplando da primeira edição de 2011 até a segunda edição de 2020. Neste período a média de aprovados foi de 39,36% e a média de reprovados 60,64%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 61,74% na primeira edição de 2015. Já o maior índice de reprovação foi de 80,94% na segunda edição de 2015.

Tabela 4 - Exame de suficiência para Técnico em Contabilidade no Brasil

Exame de suficiência - Brasil: Técnico em Contabilidade					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	2.102	524	24,93%	1.578	75,07%
2º 2011	3.824	1.449	37,89%	2.375	62,11%
1º 2012	4.044	1.434	35,46%	2.610	64,54%
2º 2012	5.094	1.706	33,49%	3.388	66,51%
1º 2013	6.459	3.419	52,93%	3.040	47,07%
2º 2013	7.749	1.392	17,96%	6.357	82,04%
1º 2014	7.933	2.270	28,61%	5.663	71,39%
2º 2014	8.510	2.013	23,65%	6.497	76,35%
1º 2015	11.059	3.952	35,74%	7.107	64,26%
TOTAL	56.774	18.159	31,98%	38.615	68,02%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.ogr.br):



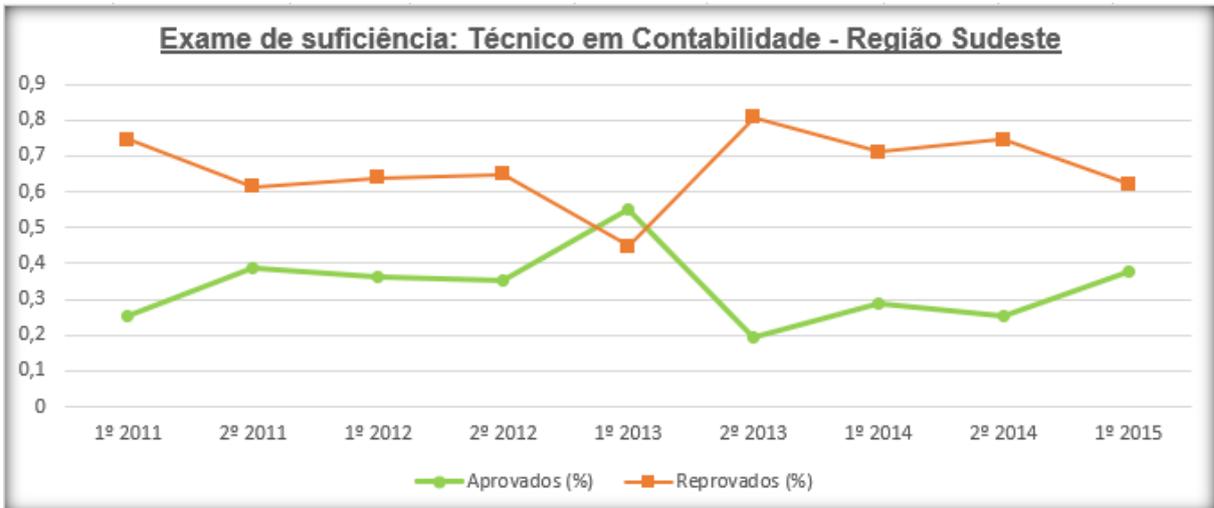
A tabela 4 e o gráfico mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Técnico em Contabilidade no Brasil, contemplando da primeira edição de 2011 até a primeira edição de 2015. Neste período, a média de aprovados foi de 31,98% e a média de reprovados 68,02%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 52,93% na primeira edição de 2013. Já o maior índice de reprovação foi de 82,04% na segunda edição de 2013.

Tabela 5 - Exame de suficiência para Técnico em Contabilidade Região Sudeste

Exame de suficiência - Região Sudeste: Técnico em Contabilidade					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	1.210	307	25,37%	903	74,63%
2º 2011	2.272	877	38,60%	1.395	61,40%
1º 2012	2.427	874	36,01%	1.553	63,99%
2º 2012	3.211	1.131	35,22%	2.080	64,78%
1º 2013	3.973	2.198	55,32%	1.775	44,68%
2º 2013	4.811	925	19,23%	3.886	80,77%
1º 2014	4.963	1.438	28,97%	3.525	71,03%
2º 2014	5.233	1.338	25,57%	3.895	74,43%
1º 2015	6.705	2.537	37,84%	4.168	62,16%
TOTAL	34.805	11.625	33,40%	23.180	66,60%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.ogr.br):



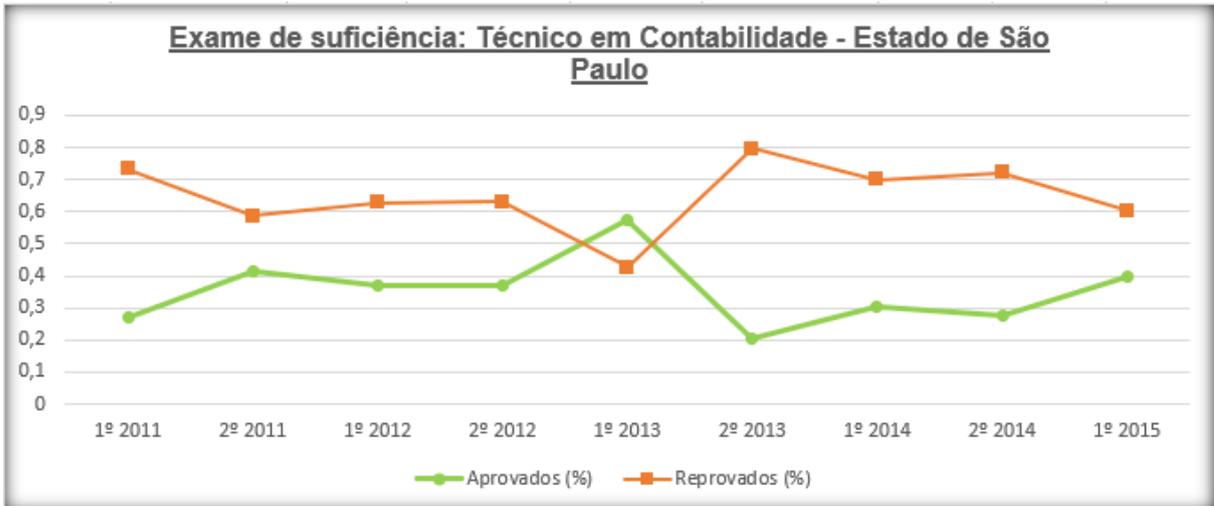
A tabela 5 e o gráfico acima mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Técnico em Contabilidade na Região Sudeste do Brasil, contemplando da primeira edição de 2011 até a primeira edição de 2015. Neste período, a média de aprovados foi de 33,40% e a média de reprovados 66,60%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 55,32% na primeira edição de 2013. Já o maior índice de reprovação foi de 80,77% na segunda edição de 2013.

Tabela 6 - Exame de suficiência para Técnico em Contabilidade-Estado /SP

Exame de suficiência - Estado de São Paulo: Técnico em Contabilidade					
Semestre	Total Presentes	Aprovados	Aprovados (%)	Reprovados	Reprovados (%)
1º 2011	790	212	26,84%	578	73,16%
2º 2011	1.454	600	41,27%	854	58,73%
1º 2012	1.597	595	37,26%	1.002	62,74%
2º 2012	2.001	738	36,88%	1.263	63,12%
1º 2013	2.580	1.479	57,33%	1.101	42,67%
2º 2013	3.060	619	20,23%	2.441	79,77%
1º 2014	3.394	1.023	30,14%	2.371	69,86%
2º 2014	3.421	949	27,74%	2.472	72,26%
1º 2015	4.047	1.602	39,58%	2.445	60,42%
TOTAL	22.344	7.817	34,98%	14.527	65,02%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com os dados foram extraídos do site do Conselho Federal de Contabilidade (www.cfc.org.br):



A tabela 6 e o gráfico acima mostram a evolução dos candidatos aprovados e reprovados no exame de suficiência para Técnico em Contabilidade no Estado de São Paulo, contemplando da primeira edição de 2011 até a primeira edição de 2015. Neste período a média de aprovados foi de 34,98% e a média de reprovados 65,02%.

O maior índice de aprovação no período em análise foi de 57,33% na primeira edição de 2013. Já o maior índice de reprovação foi de 79,77% na segunda edição de 2013.

4.4 A educação profissional continuada

Em virtude da profissão contábil ser muito dinâmica pois precisava adequar à velocidade das atividades e aos dispositivos que emanam dos contratos, acordos e regulamentações, e pelas constantes alterações nas legislações brasileiras, o CRC desenvolveu uma política de Desenvolvimento Profissional, ou seja, Educação Profissional Continuada através da realização de cursos, palestras, seminários com o objetivo de capacitar os profissionais da Contabilidade, totalizando no mínimo 40 pontos por ano em atividades de Educação Profissional Continuada, sendo que desse total, 20% devem ser em atividades de aquisição de conhecimento. No caso da docência serão considerados 10 pontos por disciplina (Graduação e Extensão) limitado a 20 pontos por ano. Destaca-se mais uma vez que a Educação Continuada se apresenta como uma exigência a ser cumprida pelo contabilista anualmente.

De acordo com Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 12 (R3), de 24 de novembro de 2017, os profissionais que devem cumprir a pontuação referente à Educação Profissional Continuada são:

- Sócios;
- Peritos Contábeis (Cadastro Nacional de Peritos Contábeis);
- Responsáveis técnicos;
- Pessoas que ocupam cargo de direção ou gerência técnica;
- Responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis;
- Pessoas que exercem funções de chefia ou de gerência no processo de elaboração das demonstrações contábeis.
- Que trabalham nas seguintes empresas:
 - firmas de auditoria;
 - organizações contábeis que tenham em seu objeto social a atividade de auditoria;
 - empresas sujeitas à contratação de auditoria independente:
 - pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
 - pelo Banco Central do Brasil (BCB);
 - pela Superintendência de Seguros Privados (Susep);
 - pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
 - ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (Sociedades de Grande Porte).

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 12 (R3), de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre Educação Profissional Continuada estabelece que a EPC, é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que estes profissionais devem cumprir anualmente 40 pontos através da participação em cursos e eventos oferecidos pelos CRC ou pelas capacitadoras credenciadas junto à CEPC/CFC.

A atribuição de pontos referentes à aquisição de conhecimento segue a Tabela de Pontuação (ANEXO II) da NBC PG 12 (R3). A atribuição de pontos para cursos e treinamentos internos e reuniões técnicas internas das firmas de auditoria credenciadas; demais cursos e palestras credenciadas; autoestudo credenciado; eventos credenciados como: conferências seminários; fóruns; debates; encontros; reuniões técnicas; painéis; congressos; convenções; simpósios nacionais e internacionais **são atribuídos 1 (um) ponto por hora**. Cursos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) oferecidos por IES, reconhecidos pelo MEC **são atribuídos 10 (dez) pontos por disciplina concluída**. A comprovação deve ser feita pelo profissional mediante a apresentação de declaração, emitida pela IES, das disciplinas concluídas no ano.

Diante da unificação de procedimentos contábeis através das normas internacionais, a atividade da Educação Profissional Continuada é uma das preocupações face ao processo de unificação de procedimentos.

4.5 A tecnologia da informação no ensino da contabilidade

Uma das questões inerentes ao percurso formativo dos profissionais é o uso das tecnologias e os recursos disponíveis para aceleração e facilitação das práticas profissionais.

O uso de computadores no processo de informações para interagir com o processo contábil iniciou-se na década de 60. A tecnologia veio justamente para agilizar o trabalho que eram realizados manualmente no processo administrativo visando a integração com o processo contábil. As empresas de pequeno porte adotavam o procedimento manual para executar a escrituração contábil, utilizando livros na escrituração totalmente manual, como exemplo temos o livro diário, o livro razão e livro de apuração de tributos.

As empresas de médio porte já adotavam a escrituração mecanizada, ou seja, o livro diário, o livro razão e muitas vezes até a folha de pagamento. O controle permanente dos estoques, as contas a pagar, as contas a receber, o controle do imobilizado (ativo fixo) e os livros tributários de entrada, de saída e o livro de apuração dos tributos no final do período adotavam o procedimento manual. As grandes empresas adotavam os computadores de grande porte para agilizar alguns processos financeiros: faturamento, contas a receber, contas a pagar, controle do imobilizado, embora vários ainda utilizassem processos mecanizados para complementar o processo financeiro das empresas. Para realizar parte destes processos utilizando os computadores de grande porte era necessário equipes internas para desenvolver todos estes processos financeiros que visavam agilizar os dados para uma integração com o processo contábil. Neste período existe entre o usuário e o equipamento uma etapa de digitação dos dados para serem processados.

Na década de 70, com a evolução dos computadores surgiram os sistemas MRP (Materials Requirements Planning), que visavam inicialmente o controle dos estoques, compras e ao planejamento e controle da produção. Este sistema atendia o controle do plano de produção analisando a necessidade de consumo dos

insumos e da necessidade de compras deles diante da equação da movimentação dos estoques: $\text{estoque inicial} + \text{entradas} - \text{saídas} = \text{estoque final}$. Para cada item do estoque era feita esta análise visando a necessidade de reposição respeitando o prazo de reposição do material não deixando faltar na linha de produção.

Na década de 80 surgiram os MRP II (Manufacturing Resources Planning), ou seja, uma segunda geração dos MRPs. Esta segunda geração além de executar o trabalho da primeira geração o MRP, avaliava o ciclo de produção da empresa (PCP) e o ciclo financeiro: contas a receber, contas a pagar, tesouraria, imobilizado, custos e orçamentos, mas ainda não integrados ao processo contábil, visto que, muitas vezes eram desenvolvidos através de solução caseira. Meados da década de 80 os microcomputadores estavam iniciando o trabalho de agilização dos procedimentos internos nas áreas administrativas (RH, PCP, Logística, Financeira, Contabilidade, Orçamento-Custos e de Compras).

A evolução na década de 90 na utilização dos MRP II em todos os processos administrativos visando a integração de todos os processos administrativos através de uma base de dados centralizada, aonde os diversos usuários acessam estes dados para gerar as diversas informações inclusive as necessárias para executar o processo de escrituração na contabilidade: estoques, produção, faturamento, logística, finanças, recursos humanos, compras, imobilizado etc. Todos estes processos integrados onde ocorreu uma redução de respostas na informação para gestão foi denominado de ERP (Enterprise Resource Planning) Planejamento de Recursos do Empreendimento. Para implantação do ERP é necessário dentro das entidades conhecer perfeitamente os processos integrados, para que possa gerar informações úteis para o gerenciamento.

O setor contábil também foi atingido pela velocidade do encaminhamento das ações do trabalho convencional e passou a utilizar também os recursos dos programas e sistemas digitais.

As áreas de aplicação dos sistemas ERP são:

Finanças e controles	Operações/logísticas	Recursos Humanos
<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade financeira • Contas a pagar • Contas a receber • Tesouraria • Ativo Imobilizado • Orçamentos • Contabilidade gerencial • Custos • Análise de rentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Suprimentos • Administração de materiais • Gestão da qualidade • Planejamento e controle da produção • Custos de produção • Previsão de vendas • Entrada de pedidos • Faturamento • Fiscal • Gestão de projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento e seleção de pessoal • Treinamento • Benefícios • Desenvolvimento de pessoal • Medicina e segurança do trabalho • Remuneração (salários) • Folha de pagamentos

(COLANGELO FILHO, 2001, p. 19)

Para o ensino do sistema de gestão, de acordo com Ernesto Habertkorn (ano sem data) foi desenvolvido o sistema ERPFlex, sendo um sistema mais simples, mais completo, mais flexível, para atender ao pequeno e médio empresário. Hoje existem diversos sistemas contábeis no mercado, mas todos trabalham com a premissa básica de integração dos processos necessários para todas as operações da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa disserta sobre o Curso de Ciências Contábeis na cidade de Sorocaba, partindo de uma retrospectiva histórica que apresenta o trabalho do contabilista em sua origem, evolução e organização legal. De origem milenar, a contabilidade foi atividade inerente aos primeiros grupos humanos que, na história das suas atividades, tiveram por preocupação contabilizar o alimento colhido, os grãos ensacados, a quantidade da caça e dos peixes, o tamanho do rebanho (por menor que fosse). Evoluindo para a utilização de tributos, as práticas cotidianas passaram a estabelecer alternativas que se configuram em tempo, espaço e lugar em mecanismos cada vez mais complexos e direcionados para o entendimento, organização e possibilidades das ações contábeis

Segue apresentando com as referências teóricas, legais e institucionais como a formação evoluiu do seu início até os tempos atuais, face à todas as mudanças do mundo globalizado e neoliberal que caracterizam as relações produtivas no mundo contemporâneo desde o século passado. Não foi um processo uniforme homogêneo. Mais rápido e eficiente em determinados lugares, o que permitiu a adoção de sistemas que se estenderam por outros espaços a partir de uma economia cada vez mais global e transnacionalizada.

Tomando a evolução da formação contábil em Sorocaba, o texto traz como enfoque elementos que mostram como essa formação esteve ligada à evolução econômica do município, caracteristicamente ligada ao segundo setor. A cidade de origem tropeira, gradativamente enveredou pela área industrial, tendo em sua história ciclos distintos da industrialização que inicialmente se caracterizou pela instalação de fiações e tecelagens, seguindo posteriormente para a indústria mecânica e se apresentando hoje, com variado parque de produção. Esse desenvolvimento econômico é das principais causas que contemplaram, desde 1924 (quando se instalou um dos mais tradicionais cursos técnicos da cidade), a formação de contadores. A dinâmica econômica precisava da ação profissional para organizar e executar as atividades relacionadas e, a educação técnica, passou a atender essa demanda.

No período de 1970 a 1990 as grandes mudanças econômicas no cenário econômico do país, significaram para Sorocaba um crescimento econômico

decorrente do processo de interiorização das indústrias, o que no caso da cidade, foi facilitado pela sua localização há 90km da capital paulista.

Com a expansão econômica do país e do município, o exercício da atividade contábil começou a apresentar exigências, não mais atendidas pelos cursos técnicos que formavam o contador e o guarda livros. Mesmo considerando a importância da formação técnica para o início de carreira do contabilista, consideraram os órgãos competentes da área, juntamente com as políticas públicas de educação em nível superior (agregadas aqui aos interesses em ampliar as estatísticas e os gráficos de matrículas no ensino superior), a necessidade de trazer para o âmbito das universidades e faculdades a graduação em forma de bacharelado do Curso de Ciências Contábeis, cujo primeira iniciativa se deu na USP em 1946.

Na cidade de Sorocaba o Curso foi instalado em 1975 pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, instituição funcionando desde 1954, agregando ao Curso de Administração de Empresas uma nova opção de ensino superior para atender à demanda pela ampliação de estudos e principalmente para compor os quadros funcionais da indústria e do comércio da cidade. Como integrante das Ciências Sociais, no projeto do curso foram propostos objetivos como o relacionamento dos seres humanos, valorização dos aspectos da vida social, a produção econômica, a administração do patrimônio e a organização das leis.

O quadro geral do Curso de Ciências Contábeis tem, além do cumprimento às determinações do MEC, do estabelecido pelos dispositivos constitucionais do ensino superior, dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases e das Diretrizes Curriculares específicas do curso, a presença dos Conselhos Regionais de Contabilidade que, no âmbito de cada estado da federação, atua no sentido de estabelecer por meio de seus próprios dispositivos, o reconhecimento e a validade da formação obtida pelo contabilista. Como exemplo específico, o edital 02/2021 do CRC-SP que oferece aos profissionais técnicos em contabilidade, das IES cadastradas que possuem registro CRC-SP, o curso de bacharel em Ciências Contábeis, ampliando assim seu campo de atuação profissional. Também a oferta dos exames de proficiência e da educação continuada anual, exigência para manutenção no exercício da prática contábil.

Com essas considerações, o trabalho atende ao proposto em sua problematização, hipóteses e objetivos: mostra, historicamente a origem e processo do curso e da formação de seus profissionais em períodos distintos, evidenciando a estreita relação com a evolução das políticas públicas, as demandas econômicas, às necessidades de mercado e, como as relações se fizeram presentes na cidade de Sorocaba, face a formação do profissional de contabilidade.

A pesquisa ora encerrada, apropriou-se dos componentes apresentados pelos teóricos da área contábil, das referências históricas da contabilidade e da cidade de Sorocaba, além de apontar com fidelidade o aporte jurídico, institucional e representativo de entidades da categoria que por um caminho ampliado, levaram ao reconhecimento de uma identidade profissional e social.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. Sorocaba: 3 séculos de história. Itu (SP): Editora Ottoni, 2002.

APPLE, Michael. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 1985. Cap 2 – Conhecimento técnico, desajustamento e Estado: a mercantilização da Cultura

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. Contabilidade Gerencial; tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro, revisão técnica Rubens Famá. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BENEVIDES, Gustavo. Polos de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador: Uma análise sobre a região de Sorocaba. Tese (Doutorado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-graduação – Doutorado em Administração, 2012.

BOSCHETTI, Vania Regina; MACEDO, Samara Eliza; AMARO, Vanelli Pires. Fundido, Tecendo, Trilhando... Aspectos da Educação Profissional em Sorocaba. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, n. 21, p. 131-140, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto n. 17.329**, de 28 de maio de 1926. Institui o regulamento para os cursos de Ensino Técnico Comercial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-norma-pe.html> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto n. 20.158**, de 30 de junho de 1931. Regulamenta a profissão de contador e reorganização do ensino comercial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.245**, de 27 de maio de 1946. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guardalivros e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto n. 76.001**, de 23 de julho de 1975. O curso de Ciências Contábeis passou a compor a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1975-07-23;76001>. Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto n. 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta o sistema de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2306-19-agosto-1997-437195-norma-pe.html> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 7.988**, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências contábeis e atuariais no CAPÍTULO III da referida legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7988.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%207.988%20DE,%20ci%C3%A7ncias%20cont%C3%A1beis%20e%20atuariais.&text=Art.,1. Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.191**, de 20 de novembro de 1945. Estabelece as disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quartas séries. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-norma-pe.html> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.598**, de 26 de dezembro de 1977. Adequar o regulamento do imposto de renda à nova lei das sociedades por ações Lei 6.404/76. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 556**, de 25 de junho de 1850. Código Comercial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM556compilado.htm
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 601**, de 18 de setembro de 1850. Lei das Terras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 4.320**, de 17 de março de 1964. Regulamenta as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanço da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Nova lei das sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Novos dispositivos educacionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Alterações no processo contábil na lei n. 6.404/76. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 11.941**, de 27 de maio de 2009. Alterações no processo contábil na lei n. 11.638/07. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 12.249**, de 11 de junho de 2010. Instituiu o Exame de Suficiência em Ciências Contábeis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 12.973**, de 13 de maio de 2014. Finalização das normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais de contabilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Portaria n. 1.364**, de 15 de setembro de 1994. Criação da Universidade de Sorocaba. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1994/Setembro/> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Resolução 2017/NBCPG12(R3) Norma Brasileira de Contabilidade**, de 24 de novembro de 2017. Cumprimento da pontuação referente à Educação Profissional Continuada. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPG12\(R3\)&arquivo=NBCPG12\(R3\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPG12(R3)&arquivo=NBCPG12(R3).doc) Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Resolução CFC n. 560**, de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/resolucao-sobre-prerrogativas-profissionais-de-contadores-e-de-tecnicos-em-contabilidade-e-atualizada/> Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Resolução CFC n. 1.486**, de 15 de maio de 2015. Conteúdo programático do Exame de Suficiência do Curso de Ciências Contábeis. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/001486&Codigo=2015/001486 Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n.10**, de 16 de dezembro de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces1004.pdf?query=EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR Acesso em 25/04/2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n.2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em 25/04/2022.

CANO, Wilson. A Interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo: SEADE, 1988 (Coleção economia paulista; v.1, n. 1). Acesso em 05 de maio de 2021. <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>

CARNEIRO, Juarez Domingues (Coordenador). Matriz curricular para cursos de ciências contábeis. 2017, Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

COLANGELO FILHO, Lucio. Implantação de sistemas ERP (Enterprise Resources Planning): um enfoque de longo prazo. São Paulo: Atlas, 2001.

CFC. Legislação da profissão contábil. Brasília: CFC, 2003.

CFC. 70 Anos de Contabilidade. Brasília: CFC, 2016.

EU & Carreira. Valor Econômico, São Paulo, SP, Ano 16, p. D6, 11 dezembro 2006.

FRANZONI, Vilma; BOAVENTURA, Regina Célia F.; GONÇALVES, Maria Carla P.F. Normalização de trabalhos acadêmicos: tese, dissertação e trabalho de conclusão de curso (TCC), artigo científico e pôster de acordo com as normas da ABNT. Sorocaba, SP: Eduniso, 2020.

FUNDAÇÃO SEADE. Coleção Economia Paulista Volume 4 Especialização da Indústria Paulista. 1990. Acesso em 15 de janeiro de 2022. <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>

HABERKORN, Ernesto. TI EDUCACIONAL: Tecnologia, Gestão e Educação. ERPFLEX: www.erpflex.com.br

HABERKORN, Ernesto. ERPFLEX-Aprenda Sozinho. TI EDUCACIONAL: Tecnologia, Gestão e Educação. (ano sem data)

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van.; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 1987

JÓ. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: PAULUS, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1985

LEITE DA SILVA, César Roberto; LUIZ, Sinclayr. Economia e Mercados: Introdução à Economia. 19ª edição. São Paulo: Editora Sarava, 2010.

MARION, José Carlos. O Ensino da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1996.

MATEUS. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: PAULUS, 1990.

MELO, Adriana Almeida Sales de. O projeto neoliberal de sociedade e de educação. I: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís Liberalismo e educação em debate. Campinas, SP: Autores associados, Histedbr, 2007.

MONTOTO, Eugenio. Contabilidade geral esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORROW, Rayumond; TORRES, Carlos Alberto. Estado, globalização e políticas educacionais. In: TORRES, Carlos Alberto, BURBULES, Nicholas (Orgs.) Globalização e educação: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004

OLIVEIRA, Lauro Carvalho de. Faculdade de Tecnologia de Sorocaba: Da gênese à consolidação. Tese (Doutorado) – UNISO, Universidade de Sorocaba, Programa de Pós-graduação Em Educação – Doutorado em Educação, 2014

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.p

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PELEIAS, Ivan Ricardo, SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. Revista Contabilidade & Finanças, v.18, USP-jun2007, p. 19-32. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221> Acesso em 09/03/2022.

PIRES, Marcos Cordeiro (org). et al. Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

REVISTA CRCSP. 9ª Edição Junho de 2017.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1995.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia e Administração. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares desafios teóricos. Série-Estudos-Periódico do Mestrado em Educação da UCKB. Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. Cadernos de História da Educação, v. 4, 4 mar. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação. Fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12v1234.pef>. Acesso em: ago.2020

SCHMIDT, Paulo. História do Pensamento Contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SIDOU, J.M.Othon. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, 2001.

SILVA, Paulo Celso da. De Novelo de Linha a Manchester Paulista – Fábrica Têxtil e Cotidiano no Início do Século XX em Sorocaba. Paulos,2000.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 8ª edição, 1979.

TRAGTEMBER. Mauricio. A escola como organização complexa. Educ. Soc., Campinas, v.39, nº. 142, p.183-202, jan.-mar., 2018.

<https://www.cfc.org.br>

acesso em 21 de outubro de 2019

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br>

acesso em 05 de maio de 2021

<https://www.cfc.org.br>

acesso em 19 de julho de 2021

<https://emec.mec.gov.br>

acesso em 29 de setembro de 2021

https://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_gestao_negocios/t_contabilidade.php

acesso em 14 de outubro de 2021

<https://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

Acesso em 14 de outubro de 2021

<https://www.uniso.br/graduacao/curso/ciencias-contabeis>

Acesso em 14 de outubro de 2021

<https://www.etecfernandoprestes.com.br/Curso/4/contabilidade---modular>

Acesso em 14 de outubro de 2021

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br>

Acesso em 15 de janeiro de 2022